

FAPESP



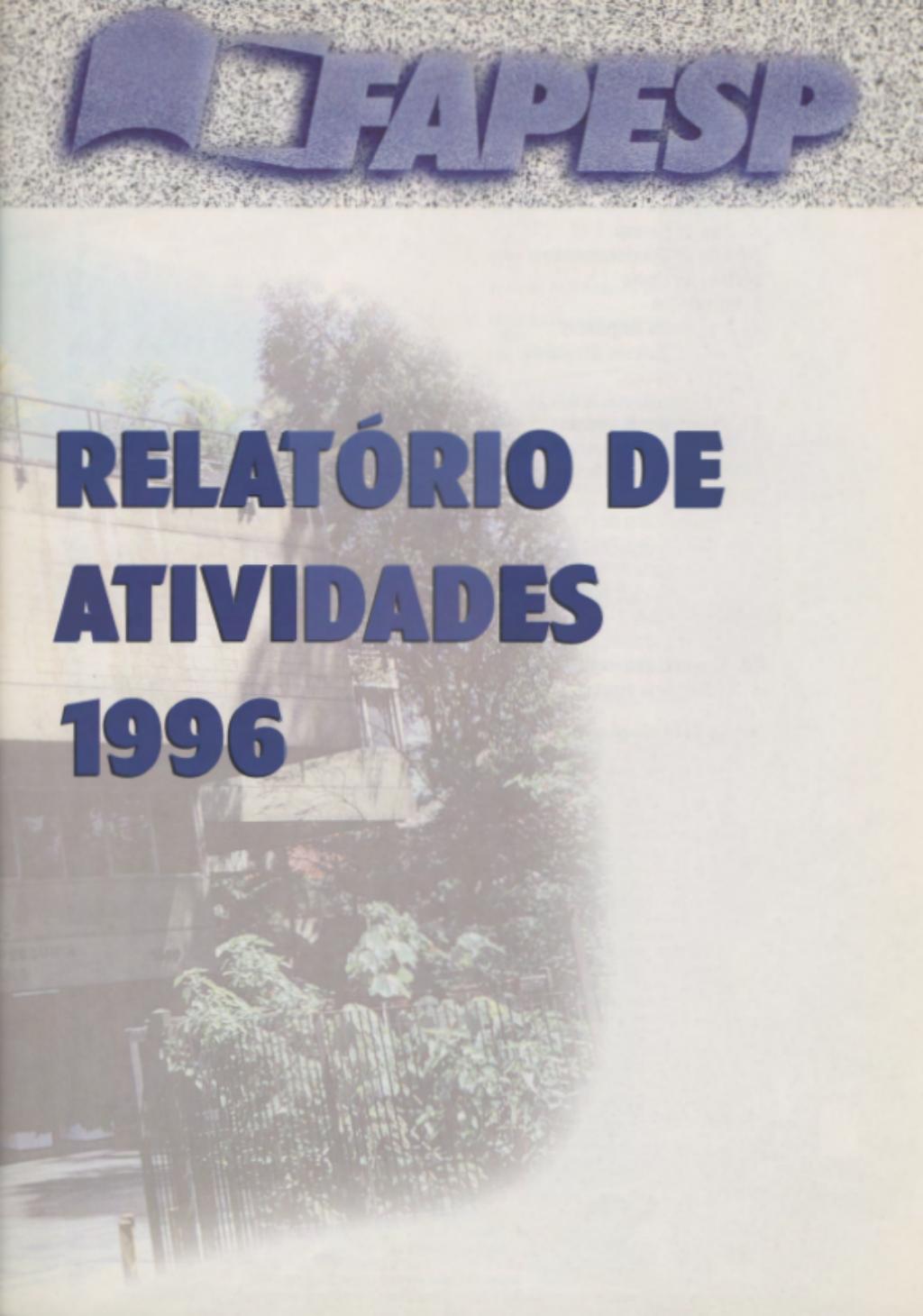
**RELATÓRIO DE
ATIVIDADES**

1996



FAPESP

**RELATÓRIO DE
ATIVIDADES
1996**



GOVERNADOR DO ESTADO

MÁRIO COVAS

SECRETÁRIO DE CIÉNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Emerson Kapaz

Conselho Superior da FAPESP

Nomes

Prof. Dr. Carlos Henrique de Brito Cruz
Prof. Dr. José Jobson de Andrade Arruda
Prof. Dr. Adilson Avansi de Abreu
Prof. Dr. Alcir José Monticelli
Prof. Dr. Antonio Manoel dos Santos Silva
Prof. Dr. Celso de Barros Gomes
Prof. Dr. Flávio Fava de Moraes
Prof. Dr. Joji Ariki
Prof. Dr. Maurício Prates de C. Filho
Doutor Mohamed Kheder Zeyn
Prof. Dr. Ruy Laurenti
Prof. Dr. Wilson Cano

Representa

Gov. do Estado
Gov. do Estado
USP
Gov. do Estado
Inst. Ens. Pesq.
USP
Gov. do Estado
Gov. do Estado
Inst. Ens. Pesquisa
Gov. do Estado
USP
Inst. Ens. Pesq.

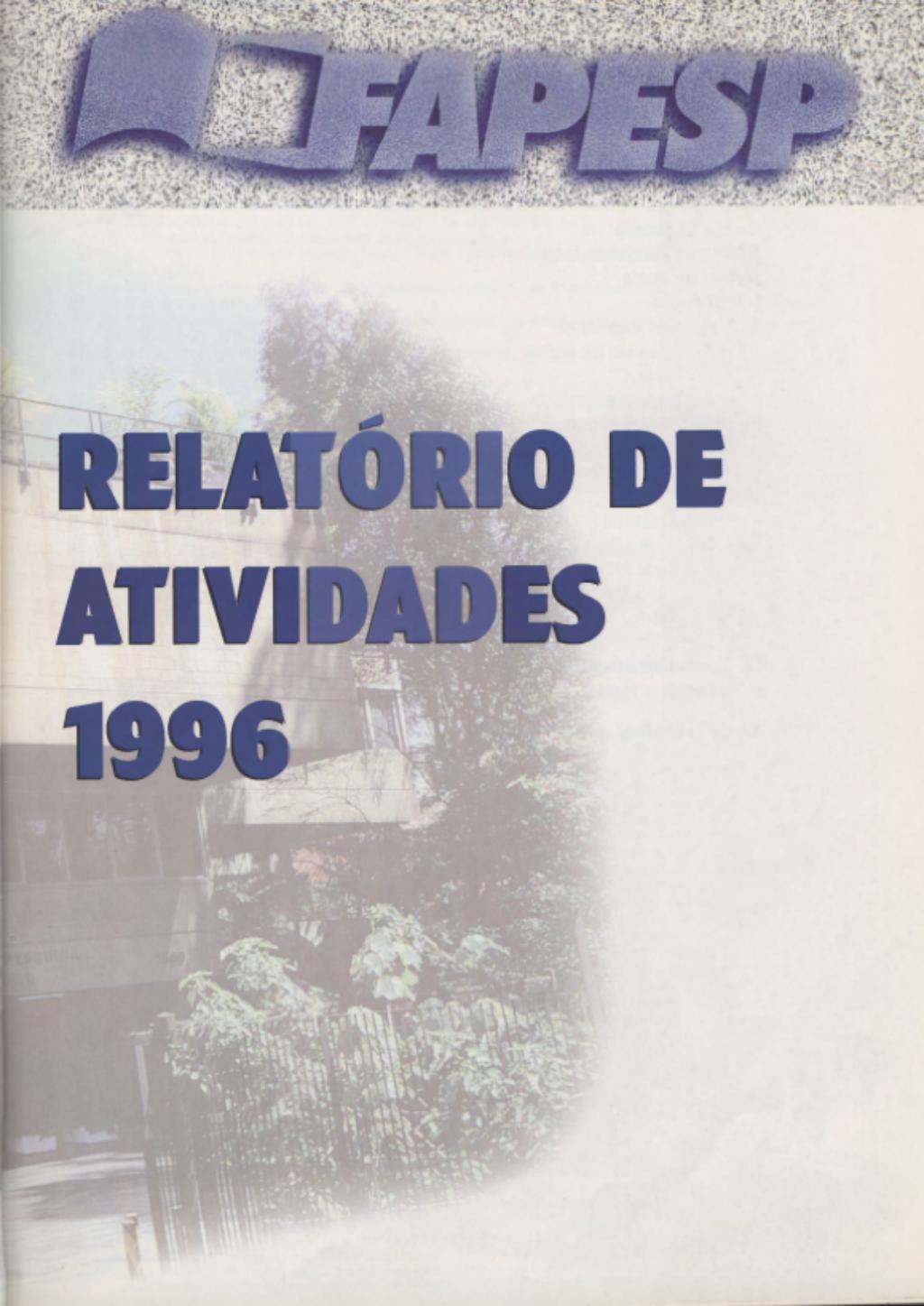
Conselho Técnico Administrativo

Francisco Romeu Landi
Joaquim José de Camargo Engler
José Fernando Perez

Dir. Presidente
Dir. Administrativo
Dir. Científico

APEESP

**RELATÓRIO DE
ATIVIDADES
1996**



Apresentação	7
Gestão da Fapesp	8
Modelo de Funcionamento	9
Formas de Apoio	10
I- Introdução	13
II- Programas Regulares	
II-1. Expansão das Bolsas	14
II-2. Auxílios	15
II-2.1. Projetos Temáticos	16
III- Programas Especiais	
III-1. Infra-estrutura	17
III-2. Inovação Tecnológica	
18	
III-3. Ensino de Primeiro e Segundo Graus	19
III-4. Jovens Pesquisadores	20
III-5. Rede ANSP	
III-5.1. Âmbito Estadual	21
III-5.2. Âmbito Nacional	22
III-6. Capacitação de Recursos Humanos	23
IV- Desempenho das Contas	23
V- Comentário Final	23

Anexo 1: Gráficos e Tabelas

Quadro 1A - Bolsas e Auxílios Solicitados e Aprovados nos Últimos 5 anos (1992 a 1996)	24
Quadro 1B - Projetos Temáticos Solicitados e Aprovados nos Últimos 2 anos (1995 e 1996)	25
Quadro 1C - Projetos Interdisciplinares Solicitados e Aprovados nos Últimos 2 anos (1995 e 1996)	25
Fig. 1A - Pedidos de Auxílios Encaminhados e Aprovados nos Últimos 5 anos (1992 a 1996)	25
Fig. 1B - Pedidos de Bolsas no Brasil e no Exterior Encaminhados nos Últimos 5 Anos (1992 a 1996)	26
Fig. 1C - Pedidos de Bolsas no Brasil e no Exterior Aprovados nos Últimos 5 anos (1992 a 1996)	26
Fig. 1D - Pedidos de Auxílios Encaminhados nos Últimos 2 anos (1995 e 1996)	27
Fig. 1E - Auxílios Aprovados nos Últimos 2 Anos (1995 e 1996)	27
Fig. 1F - Pedidos de Bolsas no País Encaminhados nos Últimos 2 anos (1995 e 1996)	28
Fig. 1G - Bolsas no País Aprovadas nos Últimos 2 anos (1995 e 1996)	28
Fig. 1H - Pedidos de Bolsas no Exterior Encaminhados nos Últimos 2 anos (1995 e 1996)	29
Fig. 1I - Bolsas no Exterior Aprovadas nos Últimos 2 anos (1995 e 1996)	29
Quadro 2 - Auxílios Individuais e Bolsas Aprovados (1995 e 1996): Quantidade, Investimento e Distribuição Percentual de Recursos Investidos por Modalidade	30
Fig. 2 - Auxílios Individuais Aprovados em 1995 e 1996	31
Fig. 3 - Bolsas no Brasil Aprovadas em 1995 e 1996	31
Fig. 4 - Bolsas no Exterior Aprovadas em 1995 e 1996	32
Quadro 3 - Investimento em Auxílios e Bolsas, por Área de Conhecimento (1996)	32
Fig. 5 - Distribuição do Investimento por Área de Conhecimento em 1996	33
Quadro 4 - Distribuição Percentual, por Instituição, do Investimento em Bolsas e Auxílios nos Últimos 6 anos (*)	33
Fig. 6 - Distribuição Percentual de Bolsas e Auxílios, por Instituição, nos Últimos 6 anos (1991 a 1996)	34
Quadro 5 - Distribuição dos Recursos Investidos em Projetos Temáticos, Segundo a Grande Área a que Pertence o Coordenador do Projeto (1996)	
Fig. 7 - Distribuição dos Recursos Investidos em Projetos Temáticos (1996)	34
Quadro 6 - Evolução do Intercâmbio Científico com o Exterior no Período (1994 a 1996)	35
Fig. 8 - Evolução do Intercâmbio Científico com o Exterior no Período (1994 a 1996)	35
Quadro 7 - Intercâmbio Científico com o Exterior Propiciado pela FAPESP (1996)	36
Fig. 9 - Intercâmbio com o Exterior Propiciado pela FAPESP (1996)	36
Fig. 9A - Intercâmbio Científico com o Exterior Propiciado pela FAPESP para Apresentação de Trabalho	37
Fig. 9B - Intercâmbio Científico com o Exterior Propiciado pela FAPESP para Prof. Visitante	38
Fig. 9C - Intercâmbio Científico Propiciado pela FAPESP para Bolsa de Pesquisa no Exterior	38
Fig. 9D - Intercâmbio Científico com o Exterior Propiciado pela FAPESP para Doutorado	39
Quadro 8 - Intercâmbio Científico Através de Convênios com Outras Entidades (1996)	39
Quadro 9 - Investimentos em Auxílios e Bolsas, por Área de Conhecimento e em Programas Especiais (1996)	40

Quadro 10 - Distribuição Percentual dos Pedidos Aprovados e dos Recursos Investidos em todos os Programas da FAPESP, segundo Vínculo Institucional dos Pesquisadores e Bolsistas ⁽¹⁾ (1996)	41
Fig. 10 - Distribuição Percentual do Investimento Global, por Instituição	41
Fig. 10A - Distribuição de Recursos Investidos, Segundo Vínculo Institucional dos Pesquisadores e Bolsistas em 1996 (Entidades Particulares)	42
Fig. 10B - Distribuição de Recursos Investidos, Segundo Vínculo Institucional dos Pesquisadores e Bolsistas em 1996 (Entidades Federais)	42
Fig. 10C - Distribuição de Recursos Investidos, Segundo Vínculo Institucional dos Pesquisadores e Bolsistas em 1996 (Institutos de Pesquisa de Secretarias Estaduais)	43
Quadro 11 - Distribuição dos Pedidos Concedidos e dos Recursos Investidos no Programa de Infra-estrutura, segundo a Área de Conhecimento 1995 e 1996	44
Fig. 11 - Distribuição dos Pedidos Aprovados em Projetos de Infra-estrutura por Área de Conhecimento (1996)	45
Fig. 12 - Distribuição dos Recursos Investidos em Projetos de Infra-estrutura por Área de Conhecimento (1996)	45
Quadro 12 - Distribuição dos Pedidos Aprovados e dos Recursos Investidos no Programa de Apoio à Infra-Estrutura, Segundo Vínculo Institucional do Pesquisador (1994 a 1996)	46
Fig. 13 - Distribuição dos Pedidos Aprovados no Programa de Infra-Estrutura por Instituição (1994 a 1996)	46
46	
Fig. 14 - Distribuição dos Recursos Investidos no Programa de Infra-Estrutura por Instituição (1994 a 1996)	47
Quadro 13 - Número de Projetos Aprovados e Recursos Investidos no Programa de Inovação Tecnológica em Parceria (1996)	47
Fig. 15 - Percentual dos Recursos Investidos no Programa de Inovação Tecnológica (1996)	47
Quadro 14 - Distribuição dos Projetos Aprovados e dos Recursos Investidos no Programa de Inovação Tecnológica em Parceria, por Instituição de Pesquisa (1996)	48
Fig. 16 - Recursos Investidos no Programa de Inovação Tecnológica em Parceria, por Instituição	48
Quadro 15 - Distribuição do Número de Projetos Aprovados e dos Recursos Investidos em Auxílio à Pesquisa no Programa Jovem Pesquisador, por Instituição (1996)	49
Quadro 16 - Distribuição do Número de Projetos Aprovados e dos Recursos Investidos em Bolsas no País no Programa Jovem Pesquisador, por Instituição (1996)	49
Quadro 17 - Distribuição do Número de Projetos Aprovados e dos Recursos Investidos em Auxílio à Pesquisa no Programa de Ensino Público, por Instituição (1996)	49
Quadro 18 - Distribuição do Número de Projetos Aprovados e dos Recursos Investidos em Bolsas no País no Programa de Ensino Público, por Instituição (1996)	50
Quadro 19 - Distribuição do Número de Projetos Aprovados e dos Recursos Investidos em Bolsas no País no Programa de Capacitação Tecnológica, por Instituição (1996)	50
Quadro 20 - Recetas e Despesas em Reais 1995 e 1996	50
Fig. 17 - Número de Bolsas Concedidas no País, por Modalidade, de 1986 a 1996	51
Fig. 18 - Número de Auxílios Concedidos, por Modalidade, de 1986 a 1996	51
Fig. 19 - Número de Bolsas no País Solicitadas e Aprovadas de 1986 a 1996	52
Fig. 20 - Número de Auxílios Solicitados e Aprovados de 1986 a 1996	52
Fig. 21 - Número de Bolsas no Exterior Solicitadas e Aprovadas de 1986 a 1996	53

Anexo 2: Concessões no Período 1986 a 1996

Fig. 22 - Distribuição Percentual dos Recursos por Área de Conhecimento.	54
Fig. 23 - Distribuição Percentual dos Recursos por Área de Conhecimento em 1996	54
Fig. 24 - Distribuição dos Recursos Investidos por Área de Conhecimento, Auxílio e Bolsas (em Milhões de Reais)	55
Fig. 25 - Investimento Total em Auxílios, Linha Irregular e Programas Especiais, por Setor, em 1996	55
Fig. 26 - Investimentos em Bolsas, por Setor, em 1996	56
Fig. 27 - Investimentos em Bolsas de Pesquisa no Exterior, por Setor, em 1996	56
Fig. 28 - Investimentos em Bolsas de Pós-Graduação no Exterior, por Setor, em 1996	57
Fig. 29 - Investimentos em Auxílios de Programas Especiais, por Setor, em 1996	57
Fig. 30 - Investimentos em Bolsas de Programas Especiais, por Setor, em 1996	58
Número Anual de Auxílios e de Bolsas no País e no Exterior (apenas de 1986 a 1996)	
Solicitados	59
Aprovados*	60
Investimentos em Bolsas e Auxílios, por Setor, Concedidos em 1996	61
Investimentos em Auxílios, por Setor, concedidos em 1996	62
Investimentos em Bolsas, por Setor, Concedidos em 1996	63
Investimentos em Bolsas e Auxílios, por Instituição, Concedidos em 1996	63

Anexo 3: Balanço Patrimonial

Balanço Orçamentário / Balanço Financeiro	
Recetas	64
Despesas	65
Balanço Patrimonial	
Demonstrações das Variações Patrimoniais	66
Variações Ativas	66
Variações Passivas	67



A FAPESP- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo é uma das principais agências de fomento à pesquisa científica e tecnológica no País. Em funcionamento desde 1962, financia auxílios e bolsas para projetos de pesquisa, além de outras atividades de apoio à investigação, ao intercâmbio e à divulgação de C&T. Sua atuação estende-se a todas as áreas do conhecimento, indiscriminadamente.

O propósito do governo paulista, ao criar a FAPESP em 1960 (Lei Orgânica nº 5.918), foi dotar o Estado de São Paulo de um organismo autônomo de apoio à pesquisa, eficiente, ágil na decisões, gerido por especialistas altamente qualificados, e profundamente comprometidos com as finalidades sociais do desenvolvimento científico e tecnológico.

Esse objetivo estava fortemente apoiado numa determinação constitucional anterior (artigo 123 da Carta Estadual de 1947) que, além de prever a organização da Fundação, estabelecia para ela um orçamento próprio, "de sua privativa administração", baseado na transferência de 0,5% do total da receita tributária anual do Estado de São Paulo.

Mais: a intenção explícita do governo estadual de construir essa instituição autônoma, sólida, pouco vulnerável às flutuações políticas, foi facilitada por sua decisão de destinar à FAPESP, no momento em que as atividades da Fundação efetivamente começavam (fato assinalado pelo decreto nº 40.132, de 23 de maio de 1962), uma dotação inicial de US\$2,7 milhões. Bem administrado, esse recurso transformou-se num patrimônio rentável, cumprindo-se, assim, uma determinação legal — que garante a estabilidade das linhas regulares de fomento e permite a criação de programas especiais, destinados a induzir novas áreas de investigação ou a assegurar a superação de dificuldades específicas do sistema de pesquisa do Estado de São Paulo.

A FAPESP, em 34 anos de funcionamento, distribuiu mais de 40 mil bolsas e mais de 30 mil auxílios à pesquisa para a comunidade científica e tecnológica do Estado de São Paulo. O balanço de seus investimentos mostra que a Fundação tem contribuído de forma decisiva para o crescimento quantitativo e qualitativo da pesquisa científica e tecnológica, com grande impacto sobre o desenvolvimento econômico, social e cultural do Estado de São Paulo.

A estrutura de gestão da FAPESP é composta por um Conselho Superior (CS) e um Conselho Técnico-Administrativo (CTA).

Cabe ao Conselho Superior a orientação geral da Fundação e as decisões maiores de política científica, administrativa e patrimonial. Esse Conselho é formado por doze membros, com mandato de seis anos. Seis desses membros são de livre escolha do governador do Estado e os demais são também indicados pelo governador, a partir de listas tríplices eleitas pelas universidades estaduais paulistas e pelas instituições de ensino e pesquisa, públicas e particulares, sediadas no Estado de São Paulo.

O presidente e o vice-presidente do Conselho Superior são indicados, para mandatos de dois anos, pelo governador do Estado, a partir de listas tríplices eleitas pelos conselheiros. O presidente do CS é também presidente da Fundação e seu representante legal.

Já o Conselho Técnico-Administrativo da Fundação constitui sua diretoria executiva. Ele é formado pelo diretor-presidente, pelo diretor científico e pelo diretor administrativo. Esses três diretores, com mandatos de três anos e possibilidade de uma reeleição, são indicados pelo governador, a partir de listas tríplices elaboradas pelo Conselho Superior.

A FAPESP só pode apoiar propostas apresentadas por pesquisadores em atuação no Estado de São Paulo e a decisão de apoiá-las, ou não, é sempre tomada em função do mérito do projeto, avaliado por assessoria científica e tecnológica.

O sistema de análise de projetos adotado pela Fundação é uma das razões do respeito que lhe votam a comunidade científica paulista, a brasileira e até grandes agências estrangeiras de fomento à pesquisa. Todas as solicitações de bolsas ou auxílios encaminhadas a esta Fundação, enquadradas em quaisquer de seus programas, são avaliadas por assessores ad hoc, sejam cientistas, tecnólogos ou outros especialistas de reconhecida competência, sempre de acordo com a natureza e a área disciplinar de cada projeto. A FAPESP conta com uma vasta rede desses voluntários — mais de 6 mil —, a maioria dos quais são pesquisadores em atividade no Estado de São Paulo, enquanto algumas centenas estão espalhados pelo Brasil e Exterior. Em outras palavras, os projetos apresentados à FAPESP são submetidos a um processo de julgamento pelos pares.

A Fundação, historicamente, ou seja, há mais de três décadas, tem financiado todos os projetos de pesquisa científica e tecnológica e solicitações de bolsas aprovadas por mérito. Não existe, a rigor, demanda reprimida. Por isso mesmo, em qualquer levantamento sobre pesquisas científicas e tecnológicas que produziram inquestionável impacto sobre a economia ou desenvolvimento social de São Paulo, desde os anos 60, encontra-se quase sempre o nome da FAPESP, como uma fonte que propiciou o desenvolvimento de tais pesquisas.

Os meios tradicionais de amparo à pesquisa oferecidos pela FAPESP são as Bolsas de Estudo e os Auxílios à Pesquisa. Ambos são dirigidos a todas as áreas do conhecimento: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharia, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Lingüística e Letras e Artes.

A FAPESP concede cinco categorias de bolsas no Brasil:

- Iniciação Científica
- Aperfeiçoamento
- Mestrado
- Doutoramento
- Pós-Doutoramento

Para o Exterior, são concedidas duas categorias de bolsas:

- Pós-Graduação
- Pesquisa (antiga bolsa de Pós-Doutoramento)

A FAPESP concede financiamento total ou parcial para cinco modalidades de apoio:

- Auxílio à Pesquisa
- Vinda de Professor Visitante (do Brasil ou do Exterior)
- Organização de Reunião Científica ou Tecnológica
- Participação em Reunião Científica ou Tecnológica (no Brasil ou no Exterior)
- Auxílio à Publicação

Em paralelo às linhas tradicionais de bolsas e auxílios, a FAPESP mantém, e vem ampliando nos últimos anos, Programas Especiais, relacionados a novas necessidades e carências detectadas no Sistema de Ciência e Tecnologia do Estado. Financiados com receitas próprias, hoje estão em desenvolvimento sete programas especiais. São eles:

- Programa Emergencial de Apoio à Recuperação e Modernização da Infra-Estrutura de Pesquisa do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia.
- Programa Rede ANSP (Academic Network at São Paulo)
- Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica das Universidades, Institutos de Pesquisa e Desenvolvimento e Empresas (Inovação Tecnológica em Parceria)
- Programa de Apoio a Jovens Pesquisadores em Centros Emergentes
- Programa de Pesquisas Aplicadas sobre a Melhoria do Ensino Público do Estado de São Paulo.
- Programa de Capacitação de Recursos Humanos de Apoio à Pesquisa
- Programa de Inovação Tecnológica em Pequenas Empresas.





Dois aspectos no desempenho da FAPESP, em 1996, traduzem claramente a atual orientação da instituição: a diversificação dos programas especiais, que levou a Fundação a ampliar a interação com grupos profissionais até recentemente alheios a suas atividades – como empresários e professores de primeiro e segundo graus – e, em paralelo, o crescimento generalizado de suas concessões nas chamadas linhas regulares de fomento à pesquisa – auxílios e bolsas.

Em outras palavras, os dados demonstram que a Fundação está conseguindo articular de forma eficiente duas diferentes linhas de ação, cuja integração é fundamental para impulsionar o desenvolvimento científico e tecnológico. De um lado, ela acolhe a demanda espontânea dos pesquisadores paulistas por recursos para os seus projetos (demanda de balcão), garantindo espaço à criatividade, sempre essencial para a expansão do conhecimento e da produção científica. E, ao mesmo tempo, a FAPESP induz, cada vez mais, a apresentação de projetos de pesquisa em áreas onde sua carência pode se tornar um sério obstáculo ao desenvolvimento desejável.

Dessa atividade indutora vale destacar, no ano de 1996:

- o desenvolvimento e os bons resultados já apresentados pelo programa de inovação tecnológica com base na parceria empresa-instituição de pesquisa, formalmente denominado *Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica de Universidades, Institutos de Pesquisa e Desenvolvimento e Empresas*;
- a aprovação do *Programa de Inovação Tecnológica em Pequenas Empresas*, que começará a ser implementado em maio de 1997;
- o inicio efetivo do *Programa de Pesquisas Aplicadas sobre a Melhoria do Ensino Público do Estado de São Paulo* e
- o inicio efetivo do *Pró-Ciências - Programa de Apoio ao Aperfeiçoamento de Professores de Segundo Grau em Matemática e Ciências*, de iniciativa da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, órgão ligado ao Ministério da Educação) e implantado em São Paulo graças a convênio firmado entre essa agência, a FAPESP e a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

Quanto ao desempenho nas linhas regulares de fomento à pesquisa, um número marcante é, por exemplo, o de crescimento das bolsas, nas três modalidades que a Fundação oferece. Em relação a 1995, o crescimento das concessões de bolsas foi de quase 50%.

É interessante também observar, nessas linhas regulares (ver quadro 2), que a distribuição percentual de recursos por áreas indica a existência e o dinamismo de uma base de conhecimento capaz de sustentar um desenvolvimento agroindustrial bastante diversificado. Saúde, Biologia, Agronomia e Veterinária obtiveram 33,7% dos recursos destinados pela FAPESP para auxílios e bolsas, enquanto as Ciências Exatas e Engenharias obtiveram 32,58% desses recursos.

II - 1. EXPANSÃO DAS BOLSAS

Os quadros e tabelas anexos sobre bolsas detalham o crescimento, de 49% nas concessões, em relação ao ano anterior. Foram concedidas, em 1996, 4.415 bolsas, das quais 4.030 no Brasil e 385 no exterior, com o dispêndio de R\$46,7 milhões. Em 1995, foram concedidas 2.963 bolsas, sendo 2.646 no país e 317 no exterior, com o dispêndio de R\$ 24,7 milhões.

A FAPESP atendeu quase 73% das 6.060 solicitações de bolsas que lhe foram encaminhadas no ano passado.

É interessante notar que o crescimento registrado resulta de acréscimos em todas as modalidades de bolsas: Iniciação Científica, Aperfeiçoamento, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado no Brasil e Pós-Graduação e Bolsa de Pesquisa (antiga Bolsa de Pós-Doutorado) no exterior. Algumas, no entanto, registraram crescimento mais espetacular, caso da Bolsa de Doutorado no país, onde ele foi de 83%.

Em relação às demais modalidades, verificou-se, em Iniciação Científica, um crescimento de 29,1%, em Mestrado, de 64,8%, e em Pós-Doutorado, de 61,3%. Nas Bolsas de Aperfeiçoamento houve um crescimento de 84,6%, o que entretanto não tem impacto significativo sobre o quadro geral das concessões, porque os números absolutos nessa modalidade são baixos: 48 bolsas concedidas em 1996, contra 26, em 1995. São números, aliás, coerentes com a atual avaliação da FAPESP de que esse tipo de bolsa só faz sentido para áreas do conhecimento em que não se têm bons cursos de mestrado e doutorado. Nas duas modalidades para o exterior, o crescimento observado foi de 21,45% (os dados estão disponíveis nas tabelas anexas).

É importante ressaltar que em 1996 houve um aumento também considerável — de 40,6% — no número de solicitações de bolsas à Fundação. Neste ano foram encaminhados 6.060 pedidos, contra 4.308, em 1995. De qualquer sorte, trata-se de um crescimento inferior ao verificado no âmbito das concessões. E isso sugere que, além do salto nos pedidos, houve melhoria qualitativa das propostas. Tornando-se o ano anterior como parâmetro, sem dúvida um maior número delas (em termos absolutos e relativos) adequou-se às normas da FAPESP e teve mérito suficiente para aprovação.

Em termos mais amplos, o que esses diferentes números parecem indicar é uma expansão dos recursos humanos em formação para a área de pesquisa, no Estado de São Paulo. Na medida em que não houve, até onde se sabe, redução no número de bolsas oferecidas pelo CNPq e CAPES para o Estado e há crescimento do número de bolsas concedidas pela FAPESP, a conclusão é inevitável.

As razões mais profundas dessa expansão não estão ainda claras. Também não é possível afirmar, por enquanto, se ela é pontual ou se estabelece uma tendência. E há aí um campo fecundo para investigações, incluindo até mesmo a da eventual influência do atual quadro do emprego sobre a procura por bolsas. Recém-graduados, sem conseguirem se colocar no mercado de trabalho, poderiam estar recorrendo às bolsas como alternativa de sobrevivência? É uma questão a pensar.

II- 2. AUXÍLIOS

Consideradas todas as modalidades de auxílios regulares - Auxílio a Projeto de Pesquisa, Vinda de Pesquisador Visitante, Organização de Reunião Científica ou Tecnológica, Participação em Reunião Científica ou Tecnológica e Publicação - o crescimento registrado nas concessões em 1996, comparativamente a 1995, foi de 23,5%. Foram concedidos 3.646 auxílios, em 1996 (com o dispêndio de R\$ 66,5 milhões), contra 2.951 (e um dispêndio de R\$ 45,8 milhões), em 1995.

As solicitações de auxílios também tiveram crescimento, de 18,6%. Em 1996, foram encaminhados à FAPESP 4.810 pedidos, contra 4.054, em 1995.

Ressalte-se que estão incluídos no âmbito dos auxílios a projeto de pesquisa - modalidade que envolve o maior número de concessões - aqueles concedidos a projetos ordinários (1.375), a projetos temáticos (101) e a projetos interdisciplinares (11), esses dois últimos tipos ligados a coordenações especiais na Diretoria Científica da FAPESP.

O crescimento em auxílios - significativo, embora mais discreto que o aumento nas bolsas - é um bom indicador do vigor das atividades de pesquisa em São Paulo. De todo modo, para se tirar conclusões mais definitivas sobre isso, há que se observar alguns aspectos na concessão recente dessa modalidade fundamental de fomento à pesquisa.

Assim, vale registrar que ao longo de 1996 a FAPESP esteve praticamente sozinha na concessão dos auxílios dentro do Estado de São Paulo. Isso configura, por enquanto, uma situação atípica, ainda que desde a década de 80, e crescentemente, as concessões da Fundação se tenham tornado predominantes no sistema de auxílios à pesquisa. O apoio das agências federais, nesse período, concentrou-se sempre mais no sistema de bolsas, ou porque era esse o seu alvo exclusivo, caso da CAPES, ou porque o priorizou dentro de suas estratégias, caso do CNPq.

A rigor, e na prática, a involuntária exclusividade da FAPESP na concessão dos auxílios, registrada em 1996, começou a definir-se ainda em 1995. Naquele ano foi aprovado, pelo CNPq, o número usual de auxílios para pesquisadores de instituições paulistas (1.576). No entanto, por problemas de caixa, a liberação dos auxílios a projetos de pesquisa foi sendo protelada, até o estabelecimento de um acordo de cooperação entre o órgão federal e a FAPESP, que levou a Fundação a assumir grande parte desses auxílios de 1995, já no início de 1997. Quanto aos auxílios aprovados pelo CNPq para 1996, por enquanto, também não foram liberados.

Nesse quadro complicado, é possível que a demanda por auxílios em São Paulo, em 1996, tenha sido ainda mais fortemente direcionada pelos pesquisadores para a FAPESP. Portanto, só depois que os números do sistema como um todo estiverem fechados e a situação se tiver normalizado, se poderá saber até que ponto as solicitações e as concessões de auxílios da FAPESP cresceram por força de uma real expansão das atividades de pesquisa no Estado, e até que ponto cresceram em função da ausência temporária do CNPq dentro do sistema.

II-2.1. PROJETOS TEMÁTICOS

No capítulo dos auxílios, um aspecto que merece destaque no desempenho da FAPESP, em 1996, é o significativo crescimento dos projetos temáticos, ou seja, projetos de pesquisa de maior fôlego, com duração, em geral, de quatro anos e envolvendo equipes maiores. Tais projetos, que costumam apresentar resultados científicos ou tecnológicos e sócio-econômicos de maior impacto, registraram um crescimento de quase 58% em relação ao ano anterior. Em 1996 foram aprovados 101 temáticos (com dispêndio de R\$ 18,4 milhões) contra 64, em 1995.

O destaque deve ser acompanhado por uma observação: de certo modo, esses projetos fazem parte da demanda espontânea dos pesquisadores, mas a decisão da FAPESP de flexibilizar suas normas (processo iniciado em 1995) pretendia, e efetivamente conseguiu, estimulá-los — numa demonstração de que indução e demanda espontânea em C&T, às vezes, convergem para o mesmo objetivo.

Outra observação importante diz respeito à predominância dos temáticos aprovados nas áreas de Biologia (27 projetos, dos 28 dessa área submetidos ao julgamento da FAPESP) e Saúde (16 projetos aprovados, dos 20 avaliados). Física e Engenharias (respectivamente 14 e 12 projetos) também fazem boa figura. Esses números indiretamente apóiam a impressão que já se tinha de que os temáticos, com todas as facilidades adicionais que criam para as equipes de pesquisadores (agilidade na concessão de bolsas a elas articuladas, por exemplo), vêm sendo melhor explorados nas áreas em que é forte a pesquisa experimental no Estado de São Paulo. Em áreas onde ela não tem esse peso, como Ciências Humanas e Sociais, por exemplo, registrou-se a aprovação de apenas 5 projetos, dentre 27 apresentados à Fundação, o que indica que boa parte das propostas encaminhadas não era consistente ou não estava bem enquadrada nas normas próprias dos temáticos.

III - 1. INFRA-ESTRUTURA

Em 1994, a FAPESP decidiu implantar o *Programa de Apoio à Recuperação e Modernização da Infra-Estrutura de Pesquisa do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia*, considerando que são indispensáveis condições adequadas das instalações e equipamentos para que projetos de pesquisa se desenvolvam normalmente. O número de pedidos para recuperação de laboratórios e outras instalações de pesquisa excedeu todas as expectativas, terminando por determinar um considerável aumento na previsão inicial de recursos. Foram dispêndidos com o programa, nos dois primeiros anos de execução, R\$203,3 milhões, relativos a 1.882 diferentes projetos, dos quais 689 estavam concluídos até o final de 1996.

O programa experimentou aperfeiçoamentos (por exemplo, sua distribuição em cinco diferentes módulos, na segunda fase, e em quatro, na terceira), mas, desde o início, o testemunho dos grupos de pesquisa beneficiados pelos recursos foi sempre no sentido de que eles deram considerável impulso a projetos de pesquisa que estavam prejudicados, ou até mesmo paralisados, por falta de condições de infra-estrutura nos laboratórios.

Um outro comentário curioso que emergiu de depoimentos de pesquisadores beneficiados por esse programa foi o de seu efeito — sem dúvida, inesperado — no adiamento de aposentadorias já programadas. Pesquisadores que haviam decidido encerrar a carreira, reanimados com as novas condições dos laboratórios a que estavam ligados e com as possibilidades de desenvolvimento de novos trabalhos, graças a essas condições, suspenderam ou protelaram seus projetos individuais de aposentadoria.

Pode-se pensar que isso não tem a menor importância para a pesquisa em seu conjunto e que tal efeito, se é que tem algum interesse, é meramente de caráter emocional. No entanto, vale considerar que a pesquisa em C&T avança, entre uma série de outros fatores, também pela vontade e pelo ânimo de indivíduos a ela dedicados. E não bastasse isso, é economicamente vantajosa para o Estado a troca de uma aposentadoria pelo investimento num laboratório, que vai determinar a continuidade da atividade produtiva de um pesquisador experiente. Em alguns casos pontuais que chegaram ao conhecimento da FAPESP, o investimento no laboratório, que provocou um adiamento de aposentadoria, correspondeu a cerca da metade do valor dos proventos que seriam devidos ao pesquisador aposentado pelo período de apenas um ano. Observe-se que a recuperação e a modernização de um laboratório ou outra instalação de pesquisa têm efeito por anos.

Pode-se acompanhar pelos quadros 10 e 11 a distribuição das concessões por instituição e por áreas de conhecimento. Vale a pena observar, na coluna de recursos investidos, como as áreas de Saúde, em primeiro lugar, de Agronomia e Veterinária e de Engenharia foram especialmente beneficiadas por esse programa.

III - PROGRAMAS ESPECIAIS

Relatório 1996

III - 2. INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

A FAPESP sem dúvida conseguiu, em 1996, dar passos largos para uma eficiente articulação com o setor produtivo, essencial para que possa desempenhar satisfatoriamente seu papel indutor no desenvolvimento científico-tecnológico. Sustentam essa avaliação, primeiro, alguns bons resultados já obtidos por projetos financiados no âmbito de seu programa de inovação tecnológica baseado na parceria empresa-instituição de pesquisa — que deverão afetar positivamente o volume de propostas encaminhadas para essa linha especial de financiamentos. Em segundo lugar, serve de reforço à mesma avaliação a aprovação, já no final do ano, do programa de *Inovação Tecnológica em Pequenas Empresas*, com financiamento direto ao setor produtivo — prática completamente inovadora na FAPESP — e que começará a ser implementado em 1997.

O programa pioneiro de inovação tecnológica foi iniciado em 1995, com a denominação formal de *Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica das Universidades, Institutos de Pesquisa e Desenvolvimento e Empresas*, agora simplificada para *Programa de Inovação Tecnológica em Parceria* (PITE).

Deve-se alinhar entre seus primeiros resultados concretos a obtenção, pela UNICAMP em parceria com a Serrana de Mineração Ltda., de um novo pigmento para tinta, baseado em fosfato ou polifosfato de alumínio. Esse pigmento poderá garantir uma economia de divisas, para o país, de US\$ 80 milhões por ano, por meio da redução das importações de óxido de titânio, matéria-prima do pigmento branco de tintas que, agora, o fosfato de alumínio pode parcialmente substituir.

Outro projeto mercadologicamente promissor diz respeito à técnica de microrrecreação de latas de óleo comestível, desenvolvido em parceria pelo Instituto de Tecnologia de Alimentos- ITAL, Companhia Siderúrgica Nacional- CSN e grupo Kramer. Trata-se de um processo de fechamento das latas que reduz em até 50% a quantidade de material utilizado em tampas e fundos, além de permitir o uso de folhas-de-flandres de baixa espessura, sem afetar a qualidade das latas e a conservação do produto acondicionado.

Ele pode diminuir o custo final da embalagem em cerca de 15%, o que é muito significativo, quando se sabe que as latas respondem por aproximadamente 84% do mercado de embalagens de óleos comestíveis (em números absolutos, isso significa que em 1995, por exemplo, foi produzido 1,8 bilhão de latas para essa finalidade, cujo valor corresponde a aproximadamente R\$ 330 milhões).

O programa de inovação Tecnológica em Parceria, que conta com recursos de até R\$ 5 milhões por ano, permite à FAPESP financiar, a fundo perdido, a parte do projeto a cargo da instituição de pesquisa — o que pode chegar a até 70% de seu valor total. A empresa deve sempre colocar uma contrapartida referente à sua parte nos trabalhos de desenvolvimento do novo produto ou novo processo.

Até o final de 1996 estavam em andamento 15 projetos de inovação tecnológica, para os quais a FAPESP concedeu quase R\$ 1,5 milhão.

III - 3. ENSINO DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS

O saldo das ações da FAPESP voltadas para a educação de primeiro e segundo graus, em 1996, é apreciável, especialmente para uma instituição que nunca tivera qualquer envolvimento direto com esse campo: estão em desenvolvimento 25 projetos de pesquisa para a melhoria do ensino público de primeiro e segundo graus, financiados pela Fundação, elaborados e operados conjuntamente por pesquisadores de instituições de ensino e pesquisa de São Paulo e professores da rede pública. Eles integram o *Programa de Pesquisas Aplicadas sobre a Melhoria do Ensino Público no Estado de São Paulo*. As aplicações nesses primeiros projetos aprovados totalizam quase R\$ 2,5 milhões.

O programa tem duas rodadas anuais de avaliação de propostas e uma das suas características mais marcantes é que os projetos devem se debruçar sobre algum problema concreto de ensino detectado numa ou mais escolas. Do trabalho desenvolvido conjuntamente por pesquisadores e profissionais das escolas de primeiro e segundo graus devem surgir não apenas novos conhecimentos e reflexões no campo da educação, mas propostas de soluções para os problemas. Tais soluções podem, numa etapa posterior, sair de sua escala piloto inicial e serem aplicadas na rede pública como um todo.

Em relação a características financeiras, nesse programa, além dos itens que normalmente financia para projetos de pesquisa tradicionais, como equipamentos, material de consumo e eventuais serviços de terceiros, a FAPESP investe também em infra-estrutura no próprio local em que o projeto é desenvolvido. Assim, reforma de laboratórios, instalação de equipamentos de informática e ligação com a Rede Acadêmica do Estado de São Paulo (Rede ANSP), instalação de equipamentos de vídeo, bibliotecas, etc., incluem-se entre os itens financiáveis.

A FAPESP ainda concede bolsas aos docentes da escola pública que estejam participando dos projetos, para viabilizar e valorizar sua participação.

Há mais: um segundo programa em educação, o *Pró-Ciências- Programa de Apoio ao Aperfeiçoamento de Professores de Segundo Grau em Matemática e Ciências*, fruto de convênio entre a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, ligada ao Ministério da Educação), a FAPESP e a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, vai viabilizar a reciclagem de quase 10 mil professores de segundo grau do Estado de São Paulo, no período de três anos. Isso, na verdade, corresponde à totalidade dos professores de Matemática, Física, Química e Biologia, de segundo grau, em atividade neste Estado. Foram aprovados inicialmente 23 projetos, que permitem a reciclagem de 1.547 professores. Os recursos desse programa são da CAPES (R\$ 3,5 milhões por ano), transferidos pela FAPESP, que é responsável por sua operacionalização. Ele também se estrutura sobre a idéia de parceria, nesse caso entre pesquisadores, diretores e professores de segundo grau.



III - 4. JOVENS PESQUISADORES

O Programa de Apoio aos Jovens Pesquisadores, lançado em julho de 1995, teve, em 1996, 125 solicitações aprovadas, correspondendo a um dispêndio de R\$9,6 milhões.

Ele se destina a apoiar jovens pesquisadores, individualmente ou em grupos, com expressiva atividade em seu campo de trabalho, mas que não são atendidos pelas linhas usuais de fomento à pesquisa da FAPESP. Os projetos apoiados podem ter duração de até quatro anos e devem ser desenvolvidos em instituições de pesquisa do Estado de São Paulo.

O que a FAPESP pretende, por meio desse programa, é contribuir para a fixação de pesquisadores no Estado e para a formação de novos núcleos de pesquisa, que devem se difundir pelo território paulista. Dessa forma, é o próprio Sistema Estadual de C&T que tende a se descentralizar, abrindo novas fronteiras para a atividade dos pesquisadores. E um dos efeitos importantes desse movimento é sua capacidade de contribuir para evitar a evasão de cérebros do país para o Exterior.

A Fundação, considerando todos esses aspectos, busca criar por meio desse programa condições adequadas de trabalho para os jovens pesquisadores de grande potencial, principalmente nos chamados centros emergentes das várias instituições, ou seja, aqueles ainda em fase de formação.

Vale observar, no quadro 14, que a UNESP tem uma participação muito significativa nas concessões feitas para esse programa. Como se trata de uma universidade com múltiplos campi, a maior parte deles de criação recente, espalhados por quase duas dezenas de cidades, nas mais diversas regiões do Estado, isso constitui um bom indicador de que os propósitos do programa quanto à difusão e descentralização da pesquisa têm apoio na realidade.

O programa está aberto mesmo para jovens pesquisadores que não têm vínculo empregatício com a instituição. Nesse caso, eles recebem bolsas de pesquisa por dois anos, renováveis por mais dois, e a instituição deve explicitar as circunstâncias que permitirão sua incorporação a seu quadro permanente.

III - 5. REDE ANSP

A FAPESP desempenha um papel fundamental em redes acadêmicas no país e tem uma participação vital no funcionamento da Internet brasileira em seu conjunto. Na Fundação concentram-se toda a estrutura necessária ao gerenciamento da Rede ANSP — na Academic Network at São Paulo — e o atual ponto de presença, no Estado de São Paulo, da RNP — Rede Nacional de Pesquisa, administrada pelo CNPq — Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

III- 5.1 – ÂMBITO ESTADUAL

A Rede ANSP, cuja operação foi iniciada em 1989, interliga as redes computacionais acadêmicas e outros sistemas de informática de instituições de ensino e pesquisa de São Paulo, entre si, e com instituições situadas fora do Estado. Em outras palavras, a Rede ANSP, mantida e gerenciada pela FAPESP, é a via de conexão de todas as instituições de ensino e pesquisa de São Paulo com a Internet no Brasil e no exterior.

A ligação com o exterior, que até 1995 era feita através de uma linha de 2 Megabits por segundo (Mbps), uma segunda linha de 256 Kilobits por segundo (Kbps) e uma terceira de 128 Kbps, no final de 1996 já se dava através de duas linhas de 2Mbps e ~~câ a antena~~ uma linha de 128 Kbps. A linha de 256 Kbps havia sido desativada nesse momento, a FAPESP estruturava a abertura de uma terceira linha de 2 Mbps.

No âmbito da interligação estadual das redes acadêmicas, a Rede ANSP continuou em expansão em 1996, mas nesse ano ela iniciou concretamente uma política de transferir às universidades estaduais a responsabilidade pelo gerenciamento e continuidade da expansão de suas próprias redes internas, incluindo aí a interligação entre seus campi e a capilarização de todo o sistema. Assim, já no final de 1996, o campus da USP na capital paulista estava ligado à FAPESP por uma linha de 2 Mbps administrada pela Rede ANSP, enquanto o tráfego de dados entre esse campus e os de São Carlos, Bauru, Ribeirão Preto, Piracicaba e Pirassununga passará a ser administrado e redistribuído diretamente pela USPNet, sem necessidade de passar pela FAPESP.

Essa mesma política, que aumenta a eficiência do sistema de redistribuição de tráfego da Rede ANSP, já estava prevista, no final de 1996, para ser executada também em relação à UNICAMP e à UNESP, com as universidades assumindo inclusive custos financeiros parciais de operação de suas espinhas dorsais secundárias, que garantem a interligação de todos os seus campi.



A Rede ANSP permanece responsável pela espinha dorsal principal do Estado, com velocidades de transmissão de 2 Mbps, entre as cidades de São Paulo, Campinas, São José dos Campos e São Carlos.

Uma outra importante realização da Rede ANSP, em 1996, foi a ligação da FAPESP com o Palácio dos Bandeirantes, através de uma linha de 2 Mbps, que permitiu ao Palácio dar acesso à Internet para órgãos do Governo Estadual que não se enquadram no perfil de atendimento direto pela Fundação.

III- 5.2 – ÂMBITO NACIONAL

No que se refere à articulação com a RNP, chegam à FAPESP as linhas de Porto Alegre, Rio de Janeiro, Brasília, Curitiba, todas essas com velocidade de 2 Mbps, e mais uma linha de Campo Grande, com velocidade de 128 Kbps. A partir do ponto de presença da RNP na Fundação, os dados são redistribuídos para outras partes do país ou para o exterior.

No âmbito do trabalho da Rede ANSP fora dos limites do Estado de São Paulo vale destacar que, em 1996, ficou definido pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil que o serviço de Registro de Domínios e Distribuição de IPs, que já vinha sendo prestado gratuitamente pela FAPESP para todo o país, seria mantido na Fundação e seria formalizado, através de um convênio a ser firmado, em 1997, entre o Comitê e a FAPESP. Com esse convênio, a Rede ANSP teria os meios para automatizar o serviço, cuja velocidade de demanda já vinha crescendo em 1996 em níveis impressionantes.

Um outro aspecto que merece referência é que, em 1996, a ANSP reavaliou a experiência que iniciara, em 1995, de fazer conexão de instituições comerciais com a Internet e decidiu eliminá-la. Houve uma percepção na FAPESP de que o crescimento da demanda por essas conexões ficaria muito acima da capacidade de atendimento de suas linhas e voltou-se a enfatizar o tráfego puramente acadêmico.



III - 6. CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

O Programa de Capacitação de Recursos Humanos de Apoio à Pesquisa foi iniciado em 1996 e destina-se ao treinamento e aperfeiçoamento de técnicos de nível médio e superior que participem do desenvolvimento de projetos de pesquisa em instituições no Estado de São Paulo. Foram aprovadas propostas de treinamento para 52 técnicos, dos quais 28 da USP, 5 da UNICAMP, 6 da UNESP, 10 de institutos de pesquisa ligados às Secretarias Estaduais do Governo de São Paulo e 3 de instituições federais de ensino e pesquisa. Esses técnicos recebem bolsas da FAPESP para participar do treinamento. Os recursos investidos em 1996 foram de R\$ 311 mil.

IV - DESEMPENHO DAS CONTAS

As transferências do Tesouro para a FAPESP (1% das receitas tributárias líquidas do Estado), em 1996, foram de R\$ 179,7 milhões e outras receitas atingiram R\$ 588,1 milhões, compondo uma receita total de R\$ 767,8 milhões. Quanto às despesas, elas atingiram o total de R\$ 248,3 milhões, compostas por gastos com bolsas e auxílios (R\$ 230,6 milhões), despesas de capital (R\$ 9,3 milhões) e custeio (R\$ 8,3 milhões).

V - COMENTÁRIO FINAL

É importante observar que os avanços notáveis da FAPESP no que se refere a novos programas especiais, destinados a fazê-la cumprir integralmente e da maneira mais eficiente sua missão de apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado de São Paulo, conduziram a Fundação, em 1996, para uma situação de impressionante equilíbrio, refletido financeiramente, entre programas de atendimento à demanda espontânea do corpo de pesquisadores paulistas e programas de pesquisas induzidas.

A FAPESP investiu em seus programas regulares cerca de R\$ 113 milhões e, em seus programas especiais, cerca de R\$ 117 milhões. Esses números dão um recado eloquente: eles informam, de um lado, que esta Fundação é um inquestionável suporte para que se exerça, da maneira mais plena possível, o conhecimento em evolução permanente, a competência e a criatividade dos pesquisadores do Estado de São Paulo, jovens ou experientes, iniciantes ou seniores; eles informam, de outro lado, que esta Fundação tem competência para antecipar, sensibilidade para detectar, demandas sérias da sociedade no campo da Ciência e da Tecnologia, que muitas vezes nem estão claramente explicitadas — e por isso consegue lançar programas de indução de pesquisas que, uma vez em curso, recebem uma adesão surpreendente.

O desempenho da FAPESP demonstrou, em 1996, mais uma vez, que ela tem uma relação de profunda pertinência com a sociedade no Estado de São Paulo. Se como fundação pública, como órgão do governo do Estado de São Paulo, trabalhou de forma extremamente afinada com as propostas de governo, como instituição que tem um compromisso profundo com a História e o desenvolvimento do Estado, ela buscou interação com todos os grupos sociais que lhe permitem exercer bem seu papel: os pesquisadores, obviamente, empresários, professores, estudantes e, de maneira mais aberta, o público, através dos meios de comunicação.

ANEXO 1: GRÁFICOS E TABELAS

Relatório 1996

Quadro 1A**Bolsas e Auxílios Solicitados e Aprovados nos Últimos 5 anos (1992 a 1996)****Auxílios⁽¹⁾****Solicitados****Aprovados**

Ano	Início	Aditivo	Total	Início	Aditivo	Total
1992			3228			1836
1993			3844			2124
1994			4480 ⁽³⁾			2394
1995	3468	586	4054 ⁽⁴⁾	2463	488	2951
1996	4120	690	4810 ⁽⁴⁾	3071	575	3646

Bolsas no País⁽²⁾**Solicitados****Aprovados**

Ano	Início	Renov.	Total	Início	Renov.	Total
1992			2729			1737
1993			2317			1837
1994			2823			1889
1995	3018	827	3845	1915	731	2646
1996	4177	1358	5535	2775	1255	4030

Bolsas no Exterior⁽²⁾**Solicitados****Aprovados**

Ano	Início	Renov.	Total	Início	Renov.	Total
1992			670			317
1993			527			342
1994			481			304
1995	404	59	463	260	57	317
1996	441	84	525	297	88	385

Auxílios/ Bolsas aprovados em um determinados ano não são necessariamente associados a pedidos efetuados naquele mesmo ano.

(1) Foram incluídos os aditivos nos anos de 1992, 1993 e 1994.

(2) Foram incluídas as renovações nos anos de 1992, 1993 e 1994.

(3) Foram incluídas as solicitações do programa de infra-estrutura.

(4) Foram incluídos os projetos temáticos e interdisciplinares, mas não foram incluídos os programas especiais da fundação.

Quadro 1B**Projetos Temáticos Solicitados e Aprovados nos Últimos 2 anos (1995 e 1996)**

Solicitados				Aprovados		
Ano	Início	Aditivo	Total	Início	Aditivo	Total
1995	91	3	94	26	3	29
1996	113	32	145	76	26	102

Quadro 1C**Projetos Interdisciplinares Solicitados e Aprovados nos Últimos 2 anos (1995 e 1996)**

Solicitados				Aprovados		
Ano	Início	Aditivo	Total	Início	Aditivo	Total
1995	2	5	7	1	5	6
1996	6	5	11	5	5	10

Fig. 1A - Pedidos de Auxílios Encaminhados e Aprovados nos Últimos 5 anos (1992 a 1996)

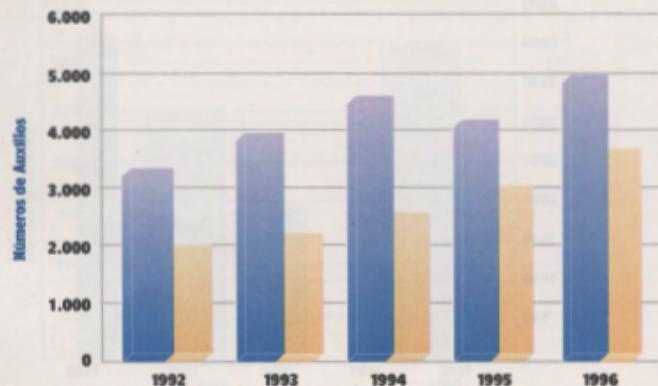


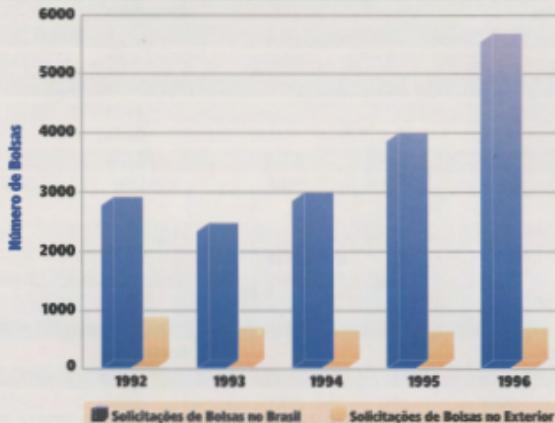
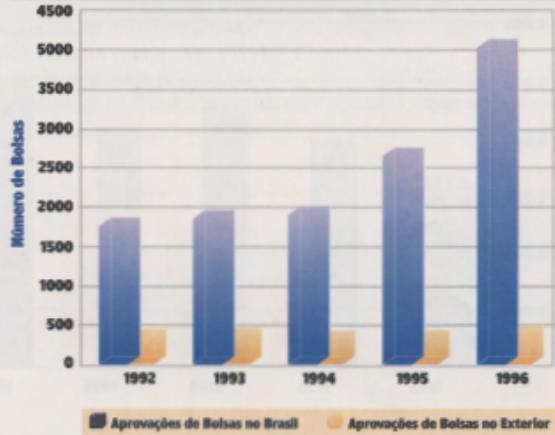
Fig. 1B - Pedidos de Bolsas no Brasil e no Exterior Encaminhados nos Últimos 5 anos (1992 a 1996)

Fig. 1C - Pedidos de Bolsas no Brasil e no Exterior Aprovados nos Últimos 5 anos (1992 a 1996)


Fig. 1D - Pedidos de Auxílios Encaminhados nos Últimos 2 anos (1995 e 1996)

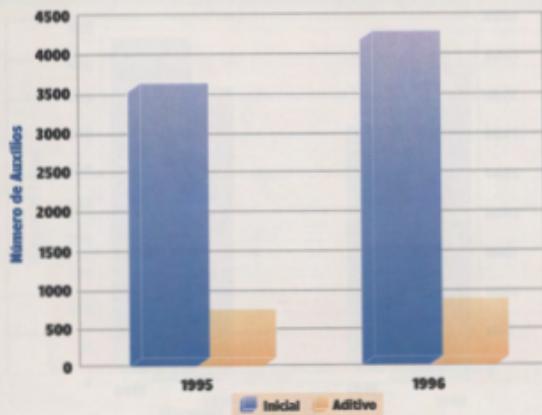
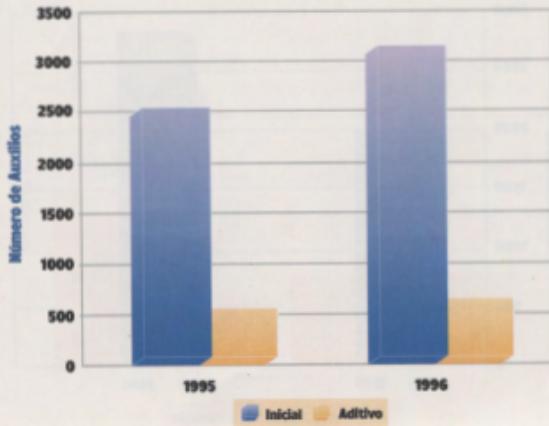


Fig. 1E - Auxílios Aprovados nos Últimos 2 anos (1995 e 1996)



ANEXO 1: GRÁFICOS E TABELAS

Relatório 1996

Fig. 1F - Pedidos de Bolsas no País Encaminhados nos Últimos 2 anos (1995 e 1996)

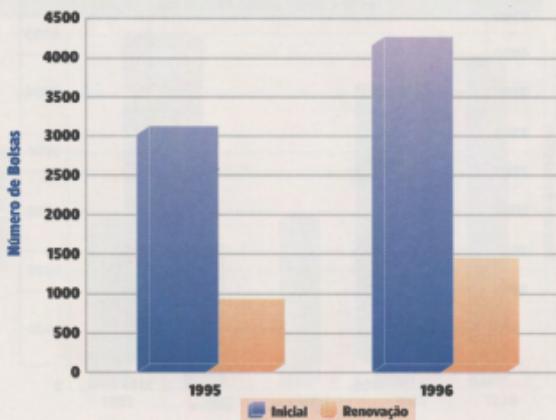


Fig. 1G - Bolsas no País Aprovadas nos Últimos 2 anos (1995 e 1996)

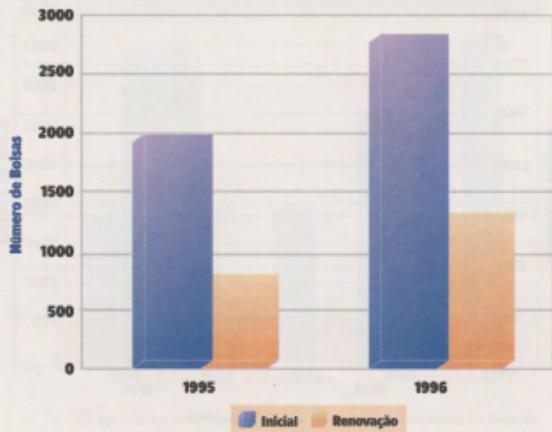


Fig. 1H - Pedidos de Bolsas no Exterior Encaminhados nos Últimos 2 anos (1995 e 1996)

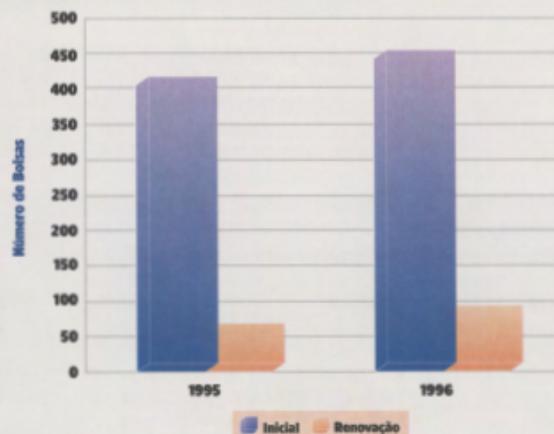
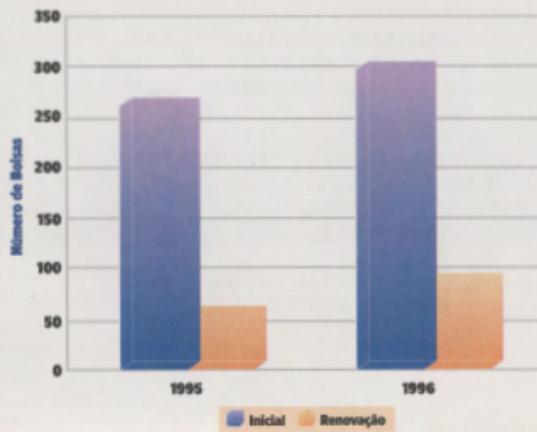


Fig. 1I - Bolsas no Exterior Aprovadas nos Últimos 2 anos (1995 e 1996)



ANEXO 1: GRÁFICOS E TABELAS

Relatório 1996

Quadro 2

Auxílios Individuais e Bolsas Aprovados (1995 e 1996)

Quantidade, Investimentos e Distribuição Percentual de Recursos Investidos por Modalidade

	1995			1996		
	Aprovados	Investimentos	%	Aprovados	Investimentos	%
Nº	R\$			Nº	R\$	
Auxílios⁽¹⁾						
Projetos de Pesquisa ⁽²⁾	1.298	38.903.068	55,21	1487	53.746.912	50,20
Organização de reuniões	275	2.331.139	3,31	337	3.084.391	2,72
Participantes reunião-Brasil	230	159.669	0,23	299	266.545	0,24
Participantes reunião-exterior	661	1.648.871	2,34	904	2.490.628	2,20
Professor visitante do Brasil	34	272.992	0,39	37	451.970	0,40
Professor visitante do Exterior	313	1.919.978	2,72	391	2.558.336	2,26
Publicação	140	581.418	0,83	191	812.577	0,72
Total Parcial	2.951	45.817.135	65,02	3.646	63.411.359	58,77
Bolsas no Brasil⁽³⁾						
Iniciação Científica	1.182	3.628.760	5,15	1.527	5.043.053	4,45
Aperfeiçoamento	26	124.700	0,18	48	240.420	0,21
Mestrado (I e II)	830	7.044.207	10,00	1.368	13.960.952	12,33
Doutorado (I e II)	489	6.897.702	9,79	895	14.669.060	12,95
Pós-Doutorado (I e II)	119	2.236.907	3,17	192	5.121.537	4,52
Total Parcial	2.646	19.932.276	28,29	4.030	39.035.022	34,47
Bolsas no Exterior⁽³⁾						
Pós-Graduação	9	167.545	0,24	11	178.838	0,16
Pós-Doutorado	308	4.546.404	6,45	374	7.522.670	6,64
Total Parcial	317	4.713.949	6,69	385	7.701.508	6,80
Total Geral	5.914	70.463.360	100,0	8.061	110.147.889	100,0

⁽¹⁾ Inclui os Aditivos

⁽²⁾ Inclui as Renovações

⁽³⁾ Inclui os Projetos Temáticos e Interdisciplinares

Fig. 2 - Auxílios Individuais Aprovados em 1995 e 1996

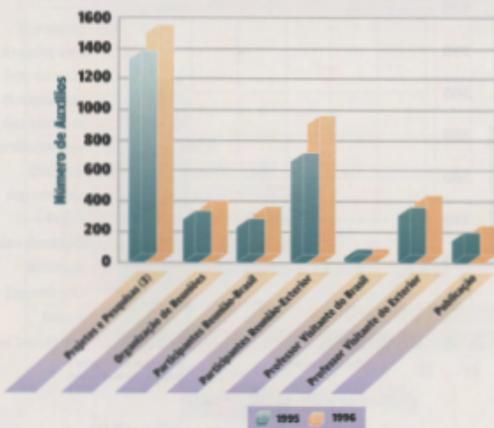


Fig. 3 - Bolsas no Brasil Aprovadas em 1995 e 1996

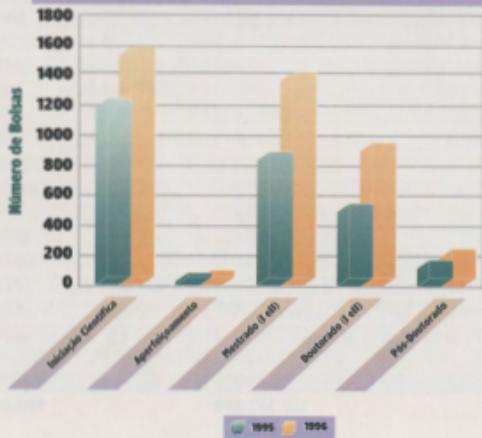
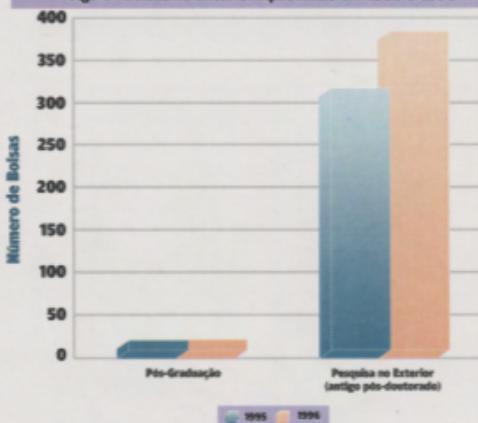
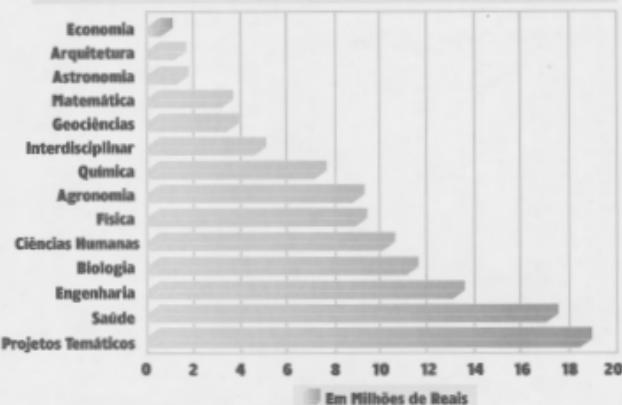


Fig. 4 - Bolsas no Exterior Aprovadas em 1995 e 1996**Quadro 3****Investimento em Auxílios e Bolsas, por Área de Conhecimento (1996)**

Área de Conhecimento	Investimentos	
	(em Reais)	em % do Total
Arquitetura e Urbanismo	1.132.683	1,03
Astronomia e Ciência Espacial	1.169.216	1,06
Agronomia e Veterinária	8.704.433	7,90
Biologia	11.852.844	10,76
Saúde	17.598.884	15,98
Economia e Administração	543.720	0,49
Ciências Humanas e Sociais	10.493.335	9,53
Engenharia	13.263.676	12,04
Física	8.889.071	8,07
Geociências	3.307.467	3,00
Interdisciplinar	4.501.425	4,09
Matemática	3.129.613	2,84
Química	7.145.208	6,49
Temático	18.416.306	16,72
Total	110.147.889	100,00

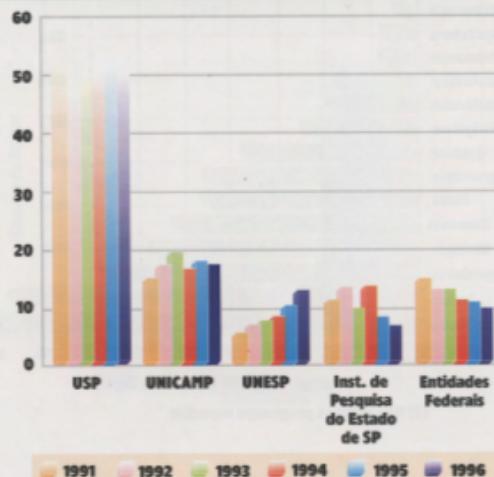
Fig. 5 - Distribuição do Investimento por Área de Conhecimento em 1996⁽¹⁾

(1) Não inclui os programas especiais

Quadro 4**Distribuição Percentual, por Instituição, do Investimento em Bolsas e Auxílios nos Últimos 6 anos (*)**

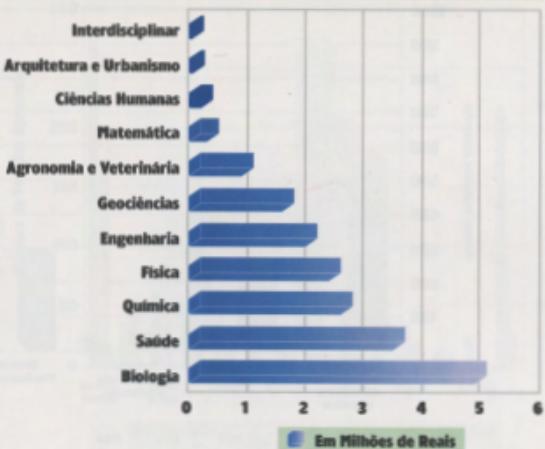
Ano	USP	UNICAMP	UNESP	Instit. de Pesq.	Entidades Federais	Total
1991	53,55	14,39	5,04	10,56	14,57	98,11
1992	50,07	16,58	6,39	12,58	12,79	98,41
1993	51,01	18,86	7,02	9,11	12,84	98,84
1994	50,21	16,02	7,90	12,95	10,91	97,99
1995	51,90	17,43	9,74	7,74	10,53	98,08
1996	50,66	18,49	11,15	5,19	10,41	95,90

(*) Inclui projetos temáticos

Fig. 6 - Distribuição Percentual de Bolsas e Auxílios, por Instituição, nos Últimos 6 anos (1991 a 1996)
**Quadro 5**
Distribuição dos Recursos Investidos em Projetos Temáticos, Segundo a Grande Área a que Pertence o Coordenador do Projeto (1996)

Área de Conhecimento	Investimentos	
	(em Reais)	em % do Total
Agronomia e Veterinária	854.759	4,64
Arquitetura e Urbanismo	61.197	0,33
Biologia	4.873.165	26,46
Ciências Humanas e Sociais	230.686	1,25
Engenharia	2.005.336	10,89
Física	2.392.842	12,99
Geociências	1.579.420	8,58
Interdisciplinar	37.139	0,20
Matemática	292.671	1,59
Química	2.592.009	14,07
Saúde	3.497.076	18,99
Total	18.416.306	100,00

Fig. 7 - Distribuição dos Recursos Investidos em Projetos Temáticos em 1996

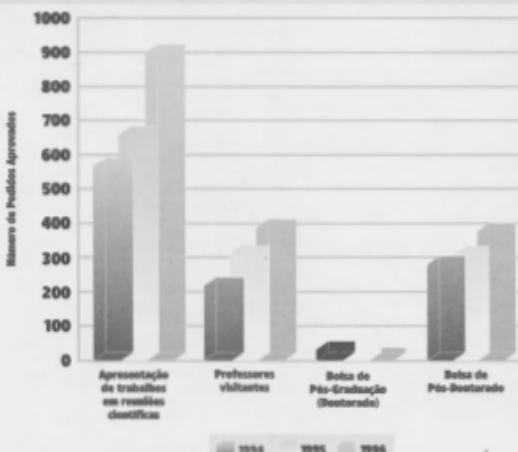
**Quadro 6****Evolução do Intercâmbio Científico com o Exterior no Período (1994 a 1996)****Pedidos Aprovados**

Forma de Intercâmbio	1994	1995	1996
Apresentação de trabalhos em reuniões científicas	565	661	904
Professores visitantes	220	313	391
Bolsa de Pós-Graduação (Doutorado)	27	9	11
Bolsa de Pesquisa (Antigo Pós-Doutorado)	277	308	374
Total	1089	1291	1680

ANEXO 1: GRÁFICOS E TABELAS

Relatório 1996

Fig. 8 - Evolução do Intercâmbio Científico com o Exterior no Período (1994 a 1996)



Quadro 7

Intercâmbio Científico com o Exterior Propiciado pela FAPESP (1996)

Países	Apres. Trab.	Prof. Visit.	Pesquisa	Doutorado	Total
Estados Unidos	273	106	170	8	557
Fráncia	36	30	43	..	109
Reino Unido	60	33	32	1	126
Itália	52	16	29	..	97
Canadá	42	22	16	1	81
Japão	27	15	4	..	46
Alemanha	24	24	18	..	66
Portugal	29	12	12	..	53
Espanha	58	18	14	..	90
Argentina	16	6	22
México	34	8	2	1	45
Chile	12	8	9	..	29
Austrália	24	4	2	..	30
Outros	217	89	23	..	329
Total	904	391	376	11	1680

Fig. 9 - Intercâmbio com o Exterior Propiciado pela FAPESP em 1996

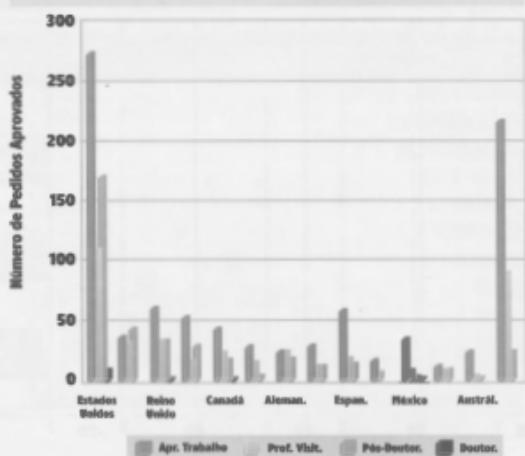
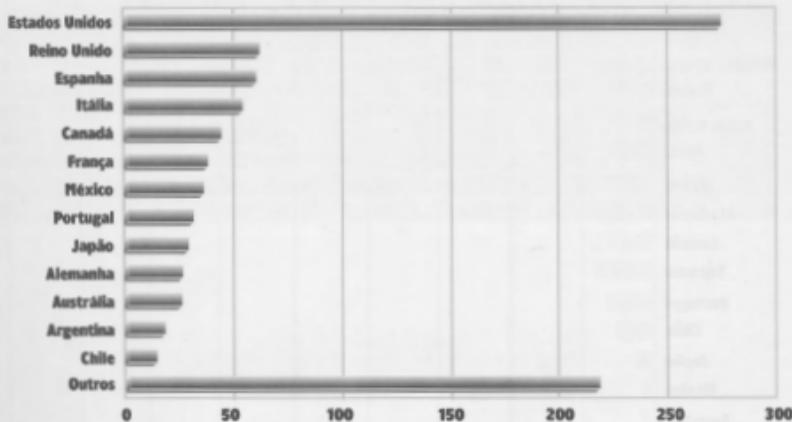


Fig. 9A - Intercâmbio Científico com o Exterior Propiciado pela FAPESP para Apresentação de Trabalho



ANEXO 1: GRÁFICOS E TABELAS

Relatório 1996

Fig. 9B - Intercâmbio Científico com o Exterior Propiciado pela FAPESP para Prof. Visitante

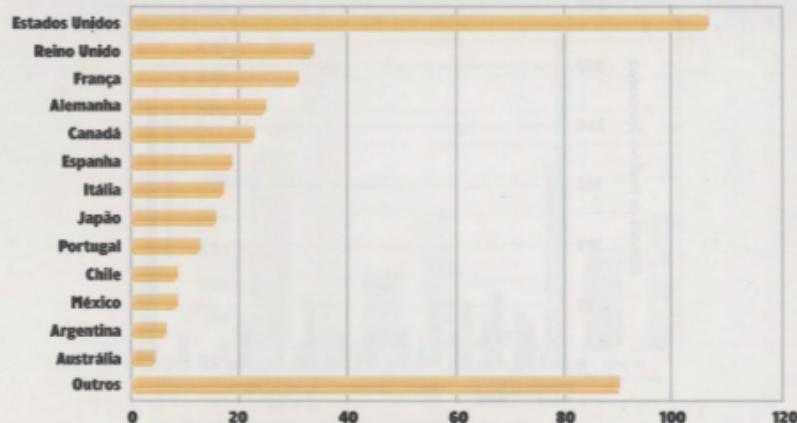


Fig. 9C - Intercâmbio Científico Propiciado pela FAPESP para Bolsa de Pesquisa no Exterior

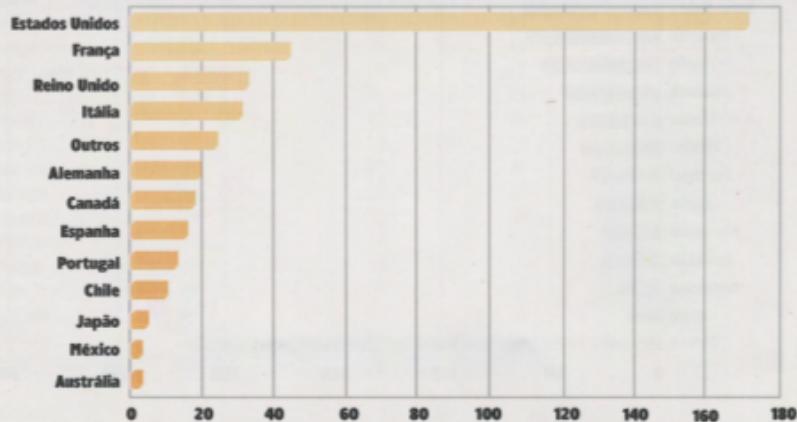


Fig. 9D - Intercâmbio Científico com o Exterior Propiciado pela FAPESP para Doutorado

**Quadro 8****Intercâmbio Científico Através de Convênios com Outras Entidades (1996)**

Entidade Convenente	Pesquisadores Participantes	
	do exterior para S.P.	de S.P. para o exterior
BC - Conselho Britânico	3	—
DAAD - Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico	19	8
Fulbright - Fundação Fulbright (EUA)	1	—
Humboldt - Fundação von Humboldt (Alemanha)	—	2
JNICT - Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (Portugal)	9	4
CECE - Comitê de Colaboração Econômica da República de Cuba	3	2
Total	35	16

ANEXO 1: GRÁFICOS E TABELAS

Relatório 1996

Quadro 9

Investimentos em Auxílios e Bolsas, por Área de Conhecimento e em Programas Especiais (1996)

	INVESTIMENTO (em reais)	em % do total
ÁREA DE CONHECIMENTO		
Arquitetura e Urbanismo	1.132.683	1,03
Astronomia e Ciência Espacial	1.169.216	1,06
Agronomia e Veterinária	8.704.433	7,90
Biologia	11.852.844	10,76
Saúde	17.598.884	15,98
Economia e Administração	543.720	0,49
Ciências Humanas e Sociais	10.493.335	9,53
Engenharia	13.263.676	12,04
Física	8.889.071	8,07
Geociências	3.307.467	3,00
Interdisciplinar	4.501.425	4,09
Matemática	3.129.613	2,84
Química	7.145.208	6,49
Tematico	18.416.306	16,72
Sub-Total	110.147.889	100,00
PROGRAMAS ESPECIAIS		
Programa ANSP	4.113.692	...
Programa Capacitação	311.079	...
Programa Ensino Público	2.460.027	...
Programa Importação	1.097.089	...
Programa Infra-Estrutura	100.068.700	...
Programa de Inovação Tecnológica ⁽¹⁾	0	...
Programa Jovem Pesquisador	9.606.727	...
Projetos Especiais	793.421	...
Reserva Técnica	2.068.579	...
Sub-Total	120.519.314	...
Total	230.667.203	100,00

⁽¹⁾ Foi alocado recurso de R\$ 10.000.000,00 em 1995 e distribuído em 1996

ANEXO 1: GRÁFICOS E TABELAS

Relatório 1996

Fig. 10A - Distribuição de Recursos Investidos, Segundo Vínculo Institucional dos Pesquisadores e Bolsistas em 1996 (Entidades Particulares)

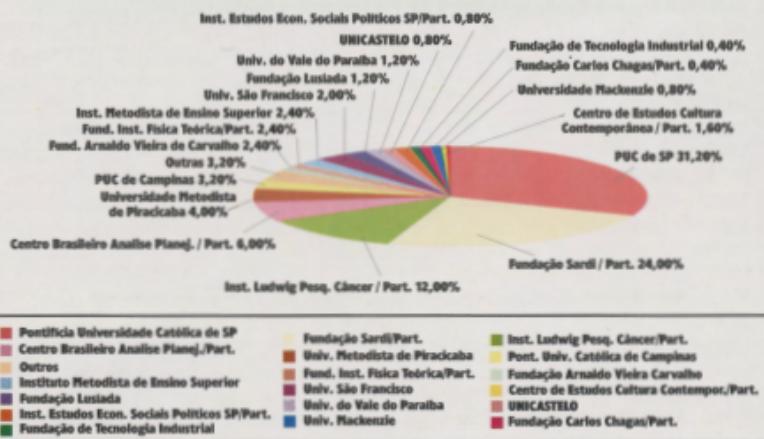
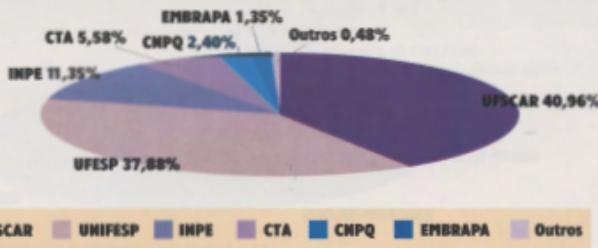


Fig. 10B - Distribuição de Recursos Investidos, Segundo Vínculo Institucional dos Pesquisadores e Bolsistas em 1996 (Entidades Federais)



Quadro 10

Distribuição Percentual dos Pedidos Aprovados e dos Recursos Investidos em todos os Programas da FAPESP, segundo Vínculo Institucional dos Pesquisadores e Bolsistas⁽¹⁾

1996

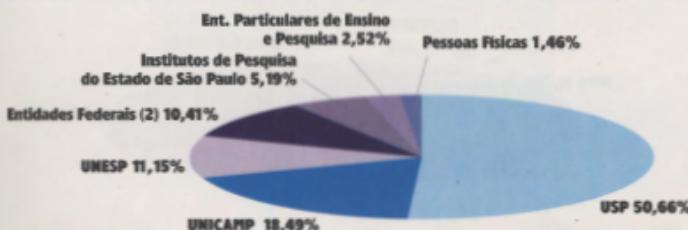
Instituição	PEDIDOS APROVADOS	RECURSOS INVESTIDOS
	%	%
USP	46,26	50,66
UNICAMP	18,05	18,49
UNESP	15,81	11,15
Institutos de Pesquisa do Estado de São Paulo	5,55	5,19
Entidades Federais ⁽²⁾	8,65	10,41
Ent. Particulares de Ensino e Pesquisa ⁽³⁾	2,75	2,52
Entidades Municipais	0,68	0,12
Pessoas Físicas	2,25	1,46
Total	100,00	100,00

⁽¹⁾ As informações sobre projetos temáticos e infra-estrutura foram computadas na Instituição à qual está vinculado o Coordenador.

⁽²⁾ UFSCAR; UNIFESP; INPE; ITA; IPEN

⁽³⁾ PUC-SP; CEBRAP; Fundação Carlos Chagas; Instituto Ludwig; IDESP; CEDEC; CERU e numerosas sociedades científicas.

Fig. 10 - Distribuição Percentual do Investimento Global, por Instituição



Obs: As Entidades Municipais representam 0,12%

Fig. 10C - Distribuição de Recursos Investidos, Segundo Vínculo Institucional dos Pesquisadores e Bolsistas em 1996 (Institutos de Pesquisa de Secretarias Estaduais)



- Sec. da Saúde
- Sec. da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico
- Sec. da Cultura
- Sec. de Agricultura e Abastecimento
- Sec. de Estado e Meio Ambiente
- Sec. da Educação

ANEXO 1 : GRÁFICOS E TABELAS

Relatório 1996

Quadro 11

Distribuição dos Pedidos Concedidos e dos Recursos investidos no Programa de Infra-estrutura, Segundo a Área de Conhecimento 1995 e 1996

	1995		1996	
	PEDIDOS APROVADOS	RECURSOS INVESTIDOS	PEDIDOS APROVADOS	RECURSOS INVESTIDOS
Área de Conhecimento	Nº	%	em reais	%
Agronomia e Veterinária	117	13,81	9.437.449	14,28
Arquitetura e Urbanismo	3	0,35	219.504	0,33
Astronomia e C. Espacial	3	0,35	185.658	0,28
Biologia	74	8,74	5.498.740	8,32
C. Humanas e Sociais	81	9,56	8.311.673	12,58
Economia e Administração	7	0,83	233.846	0,35
Engenharia	171	20,19	9.587.948	14,51
Física	77	9,09	6.646.765	10,06
Geociências	39	4,60	2.146.478	3,25
Interdisciplinar	0	0,00	0	0,00
Matemática	25	2,95	36.591.075	5,43
Química	61	7,20	7.691.704	11,64
Saúde	189	22,31	12.527.490	18,96
Total	847	100,00	66.078.330	100,00
Área de Conhecimento	Nº	%	em reais	%
Agronomia e Veterinária	144	10,16	22.510.027	16,40
Arquitetura e Urbanismo	9	0,63	905.248	0,66
Astronomia e C. Espacial	6	0,42	399.580	0,29
Biologia	151	10,65	11.082.252	8,07
C. Humanas e Sociais	164	11,57	12.993.320	9,47
Economia e Administração	12	0,85	833.270	0,61
Engenharia	242	17,07	18.365.004	13,38
Física	135	9,52	12.940.009	9,43
Geociências	62	4,37	5.257.178	3,83
Interdisciplinar	17	1,20	5.880.559	4,28
Matemática	43	3,03	4.656.098	3,39
Química	118	8,32	11.405.247	8,31
Saúde	315	22,21	30.028.471	21,88
Total	1418	100,00	137.256.269	100,00

Fig. 11 - Distribuição dos Pedidos Aprovados em Projetos de Infra-Estrutura por Área de Conhecimento (1996)

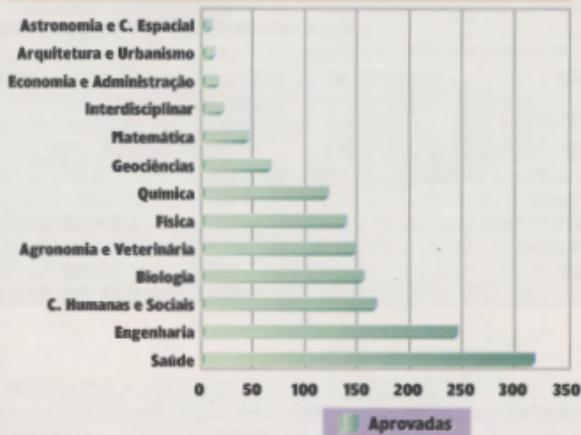


Fig. 12 - Distribuição dos Recursos Investidos em Projetos de Infra-Estrutura por Área de Conhecimento (1996)



ANEXO 1 : GRÁFICOS E TABELAS

Relatório 1996

Quadro 12

Distribuição dos Pedidos Aprovados e dos Recursos Investidos no Programa de Apoio à Infra-Estrutura, Segundo Vínculo Institucional do Pesquisador (1994 a 1996)

INSTITUIÇÃO	PEDIDOS APROVADOS	RECURSOS INVESTIDOS		
	número	em %	em reais	em %
USP	577	30,66	94.429.958	46,45
UNICAMP	351	18,65	31.782.801	15,63
UNESP	497	26,41	35.902.772	17,66
Institutos de Pesquisa do Estado de SP	246	13,07	24.325.515	11,96
Entidades Federais	172	9,14	14.770.564	7,26
Ent. Particulares de Ensino e Pesquisa	36	1,91	1.905.188	0,94
Entidades Municipais	1	0,05	41.914	0,02
Pessoas Físicas	2	0,11	156.083	0,08
Total	1882	100,00	203.314.795	100,00

Fig 13 - Distribuição dos Pedidos Aprovados no Programa de Infra-estrutura por Instituição (1994 a 1996)

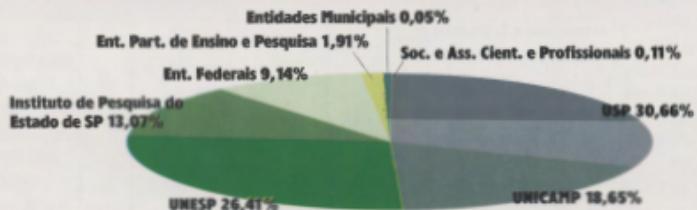
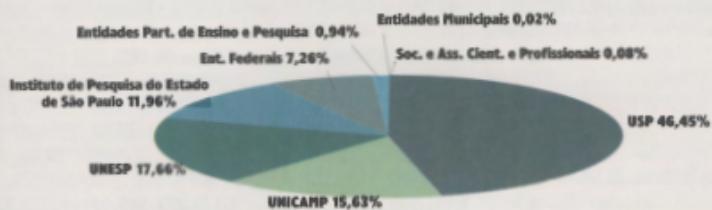


Fig. 14 - Distribuição dos Recursos Investidos no Programa de Infra-estrutura por Instituição (1994 a 1996)

**Quadro 13****Número de Projetos Aprovados e Recursos Investidos no Programa de Inovação Tecnológica (1996)**

Pedidos Aprovados	RECURSOS (R\$)		
	FAPESP	EMPRESA	TOTAL
15	1.461.739	2.522.283	3.984.022
	36,69%	63,31%	100,00%

Fig. 15 - Percentual dos Recursos Investidos no Programa de Inovação Tecnológica em Parceria(1996)



ANEXO 1: GRÁFICOS E TABELAS

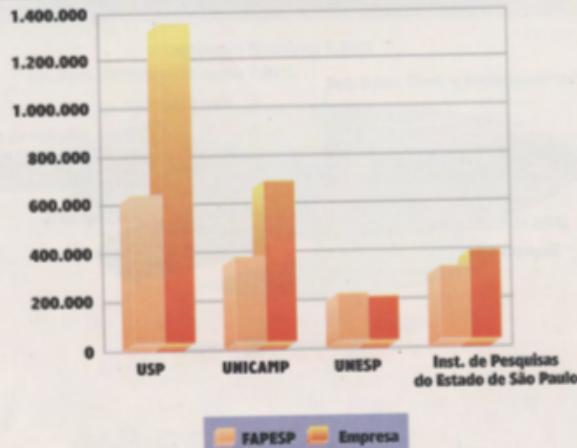
Relatório 1996

Quadro 14

Distribuição dos Projetos Aprovados e dos Recursos Investidos no Programa de Inovação Tecnológica em Parceria, por Instituição de Pesquisa (1996)

Instituição	Pedidos Aprovados		Recursos (R\$)		
	FAPESP	%	EMPRESA	%	TOTAL
USP	6	615.696	42,12	1.315.446	52,15
UNICAMP	4	353.616	24,19	668.940	26,52
UNESP	2	191.730	13,12	172.968	6,86
Inst. de Pesq. do Estado de SP	3	300.697	20,57	364.929	14,47
Total	15	1.461.739	100,00	2.522.283	100,00
					3.984.022

Fig. 16 - Recursos Investidos no Programa de Inovação Tecnológica em Parceria, por Instituição



Relatório 1996
ANEXO 1: GRÁFICOS E TABELAS
Quadro 15
Distribuição do Número de Projetos Aprovados e dos Recursos Investidos em Auxílio à Pesquisa no Programa Jovem Pesquisador, por Instituição (1996)

INSTITUIÇÃO	PEDIDOS APROVADOS		RECURSOS INVESTIDOS	
	número	em %	em reais	em %
USP	44	35,20	2.833.883	33,98
UNICAMP	11	8,80	832.811	9,99
UNESP	35	28,00	2.186.691	26,22
Institutos de Pesquisa do Estado de SP	12	9,60	816.006	9,78
Entidades Federais	17	13,60	927.894	11,13
Ent. Particulares de Ensino e Pesquisa	10	8,00	743.182	8,91
Total	125	100,00	8.340.467	100,00

Quadro 16
Distribuição do Número de Projetos Aprovados e dos Recursos Investidos em Bolsas no País no Programa Jovem Pesquisador, por Instituição (1996)

INSTITUIÇÃO	PEDIDOS APROVADOS		RECURSOS INVESTIDOS	
	número	em %	em reais	em %
USP	20	45,45	565.939	44,69
UNICAMP	5	11,36	118.873	9,39
UNESP	7	15,91	217.072	17,14
Institutos de Pesquisa do Estado de SP	3	6,82	85.278	6,73
Entidades Federais	7	15,91	217.072	17,14
Ent. Particulares de Ensino e Pesquisa	2	4,55	62.020	4,90
Total	44	100,00	1.266.258	100,00

Quadro 17
Distribuição do Número de Projetos Aprovados e dos Recursos Investidos em Auxílio à Pesquisa no Programa de Ensino Público, por Instituição (1996)

INSTITUIÇÃO	PEDIDOS APROVADOS		RECURSOS INVESTIDOS	
	número	em %	em reais	em %
USP	13	48,15	823.020	48,55
UNICAMP	5	18,52	365.522	21,56
UNESP	4	14,81	264.038	15,58
Entidades Federais	1	3,70	20.452	1,21
Ent. Particulares de Ensino e Pesquisa	3	11,11	192.417	11,35
Entidades Municipais	1	3,70	29.578	1,74
Total	27	100,00	1.659.027	100,00

ANEXO 1: GRÁFICOS E TABELAS

Relatório 1996

Quadro 18

Distribuição do Número de Projetos Aprovados e dos Recursos Investidos em Bolsas no País no Programa de Ensino Público, por Instituição (1996)

INSTITUIÇÃO	PEDIDOS APROVADOS		RECURSOS INVESTIDOS	
	número	em %	em reais	em %
USP	97	30,50	185.400	24,24
UNICAMP	32	10,06	65.400	8,55
UNESP	63	19,81	132.600	17,33
Inst. de Pesquisa do Estado de SP	71	22,33	214.200	28,00
Ent. Particulares de Ensino e Pesquisa	14	4,40	48.600	6,53
Entidades Municipais	41	12,89	118.800	15,59
Total	318	100,00	765.000	100,00

Quadro 19

Distribuição do Número de Projetos Aprovados e dos Recursos Investidos em Bolsas no País no Programa de Capacitação Tecnológica, por Instituição (1996)

INSTITUIÇÃO	PEDIDOS APROVADOS		RECURSOS INVESTIDOS	
	número	em %	em reais	em %
USP	27	49,09	154.350	49,62
UNICAMP	5	9,09	20.500	6,59
UNESP	6	10,91	32.150	10,33
Institutos de Pesq. do Estado de SP	13	23,64	81.079	26,06
Entidades Federais	4	7,27	23.000	7,39
Total	55	100,00	311.079	100,00

Quadro 20

Receitas e Despesas em Reais (1995 e 1996)

	1995		1996	
	R\$	R\$	R\$	R\$
RECEITAS				
Transf. Tesouro	141.732.062		179.736.376	
Receitas Diversas	445.177.989		588.126.368	
Receita Total	586.910.051		767.862.744	
DESPESAS				
Bolsas e Auxílios	223.449.402		230.667.215	
Capital	1.339.938		9.377.642	
Custeio	6.332.106 ⁽ⁱⁱ⁾		8.281.330 ⁽ⁱⁱ⁾	
Despesa Total	231.121.446		248.326.187	

⁽ⁱⁱ⁾ 1.0789% do Orçamento Total

⁽ⁱⁱⁱ⁾ 1.0785% do Orçamento Total

Fig. 17 - Número de Bolsas Concedidas no País, por Modalidade, de 1986 a 1996

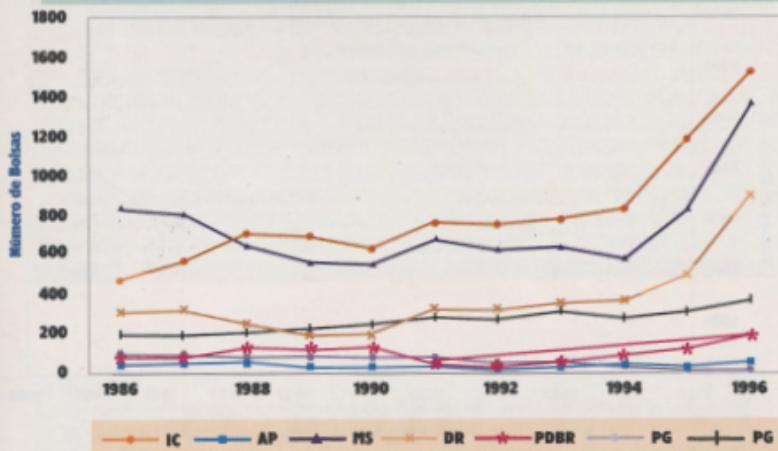
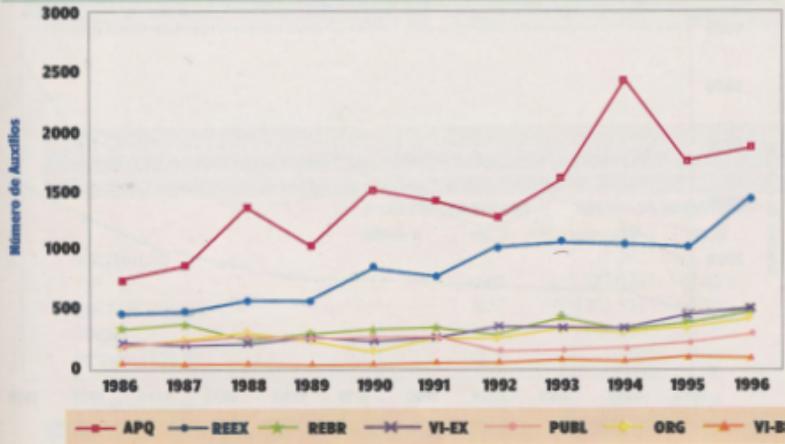


Fig. 18 - Número de Auxílios Concedidos, por Modalidade, de 1986 a 1996



ANEXO 1: GRÁFICOS E TABELAS

Relatório 1996

Fig. 19 - Número de Bolsas no País Solicitadas e Aprovadas de 1986 a 1996

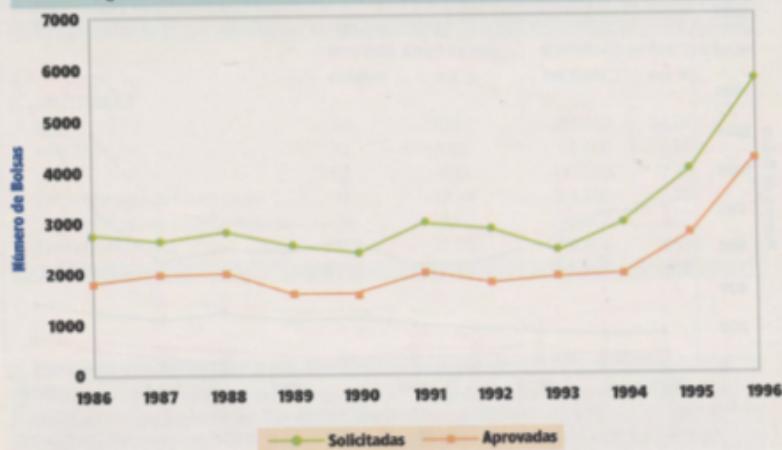


Fig. 20 - Número de Auxílios Solicitados e Aprovados de 1986 a 1996

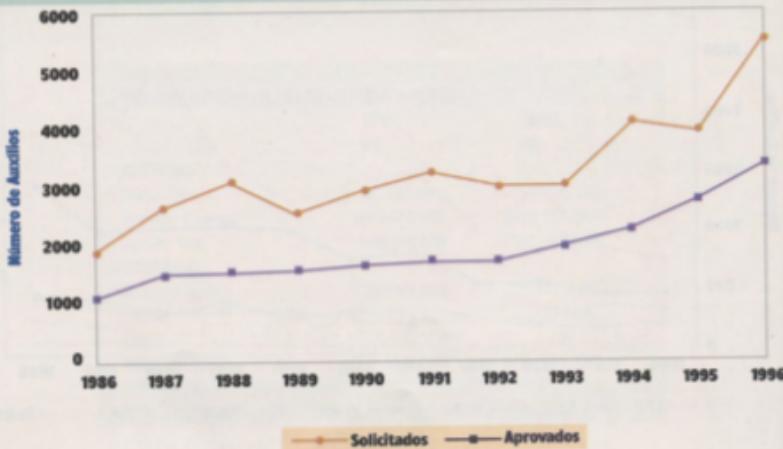
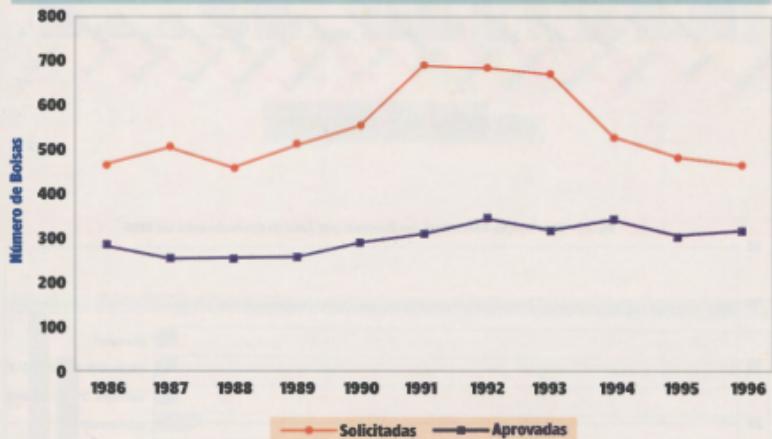
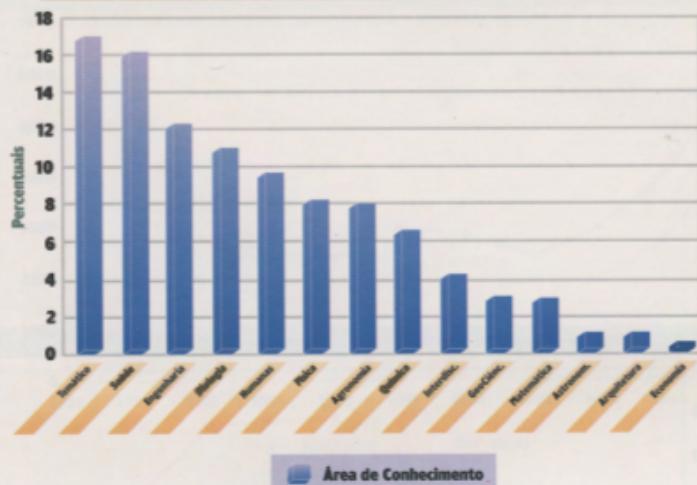


Fig. 21 - Número de Bolsas no Exterior Solicitadas e Aprovadas de 1986 a 1996



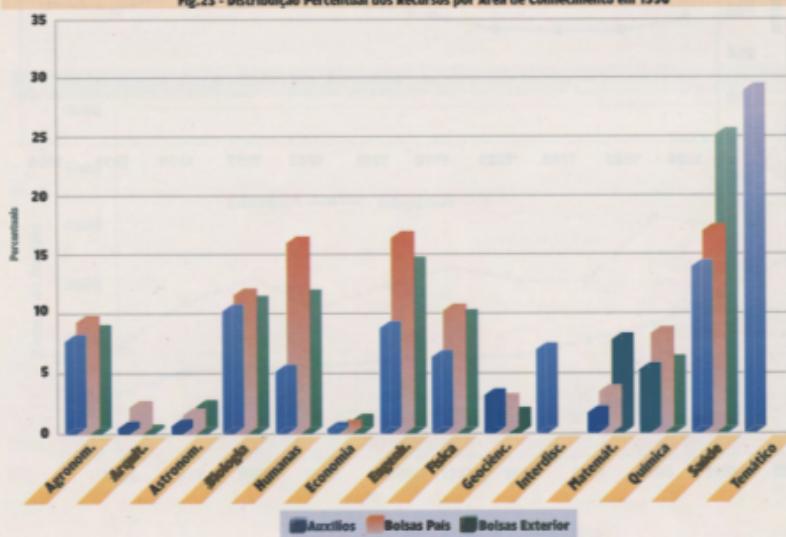
ANEXO 2: CONCESSÕES NO PERÍODO 1986 - 1996 Relatório 1996

Fig. 22 - Distribuição Percentual dos Recursos por Área de Conhecimento



Área de Conhecimento

Fig. 23 - Distribuição Percentual dos Recursos por Área de Conhecimento em 1996



Auxílios Bolsas País Bolsas Exterior

Relatório 1996

ANEXO 2: CONCESSÕES NO PERÍODO 1986 -1996

Fig. 24 - Distribuição dos Recursos Investidos por Área de Conhecimento, Auxílios e Bolsas (em Milhões de Reais)

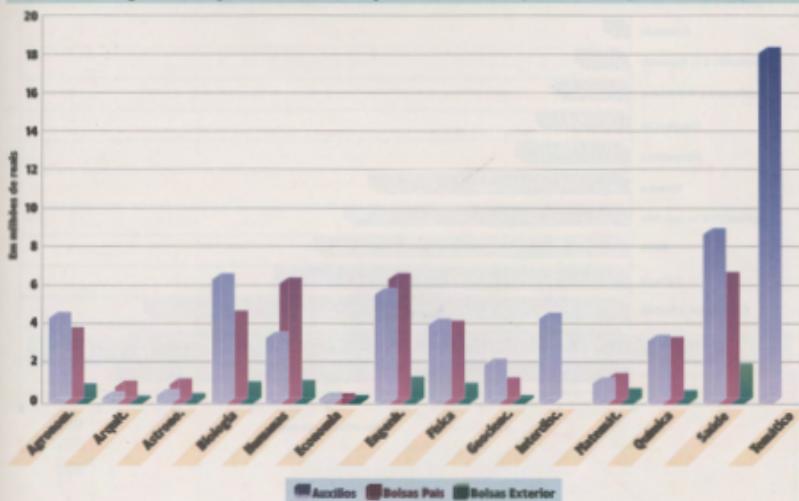
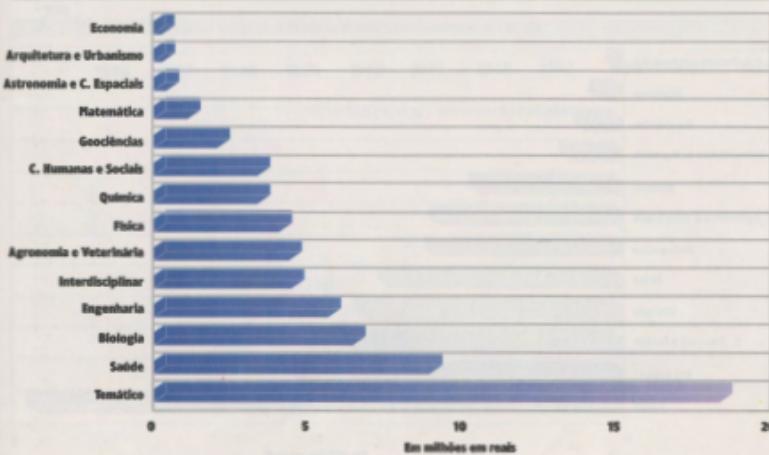


Fig. 25 - Investimento Total em Auxílios, Linha Regular e Programas Especiais, por Setor, em 1996



ANEXO 2: CONCESSÕES NO PÉRIODO 1986 - 1996 Relatório 1996

Fig. 26 - Investimentos em Bolsas, por Setor, em 1996

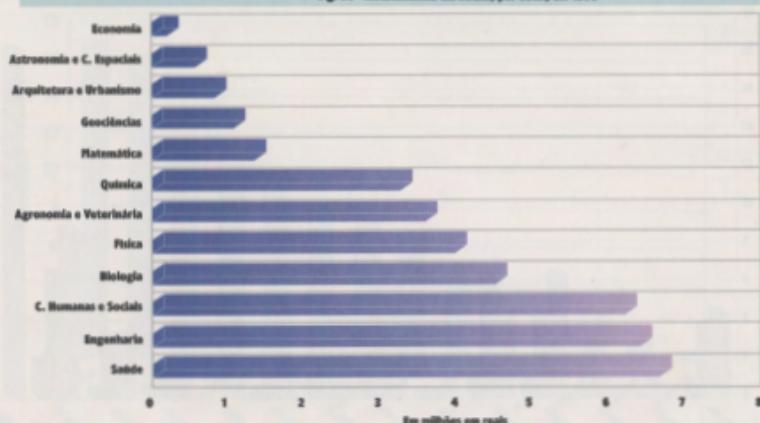


Fig. 27 - Investimentos em Bolsas de Pesquisa no Exterior, por Setor, em 1996

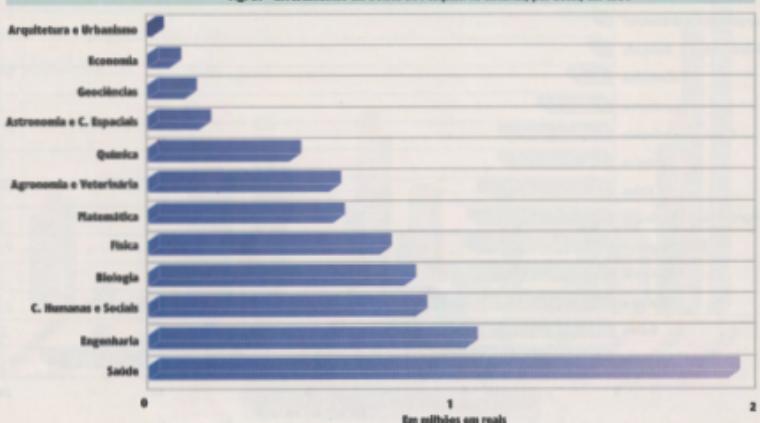
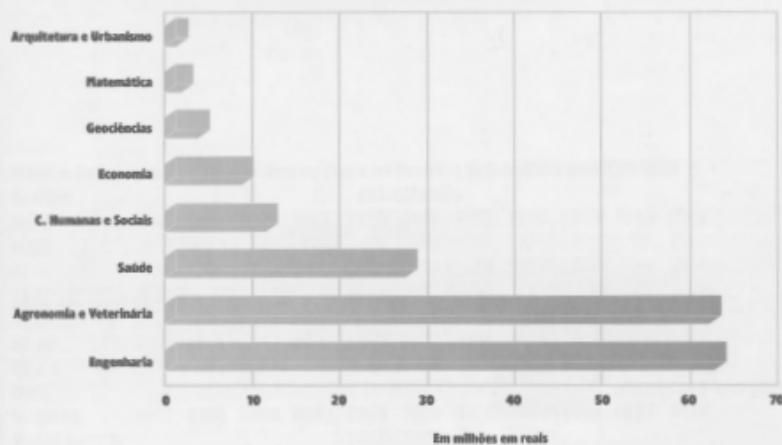
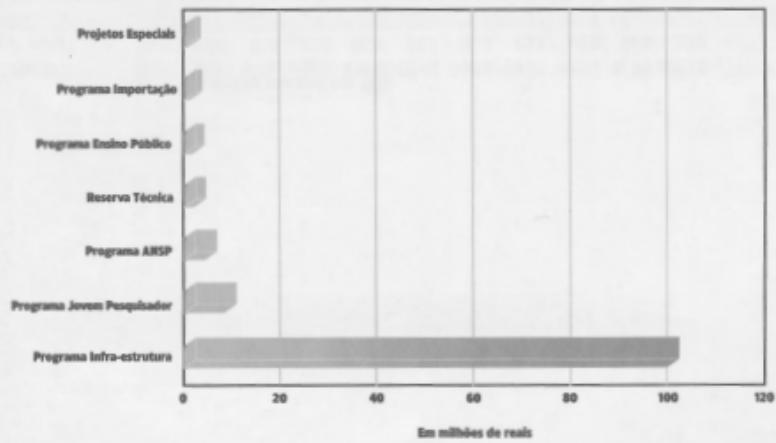


Fig. 28 - Investimentos em Bolsas de Pós- Graduação no Exterior, por Setor, em 1996



Em milhões em reais

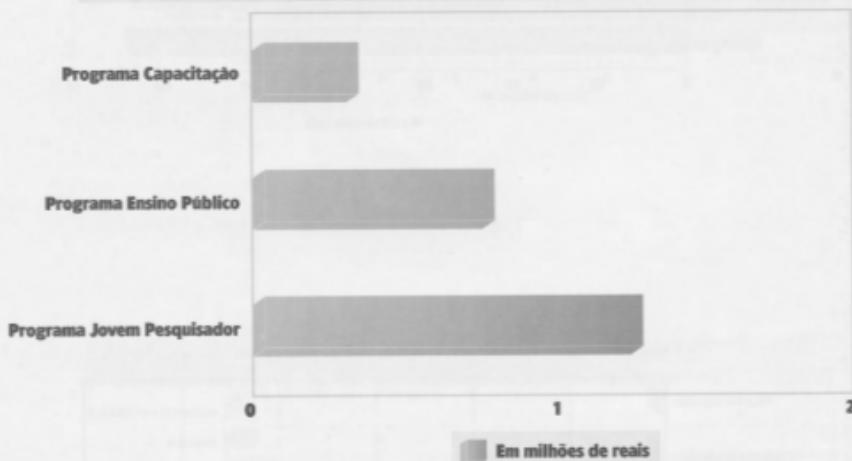
Fig. 29 - Investimentos em Auxílios de Programas Especiais, por Setor, em 1996



Em milhões de reais

ANEXO 2: CONCESSÕES NO PERÍODO 1986 -1996 Relatório 1996

Fig. 30 - Investimentos em Bolsas de Programas Especiais, por Setor, em 1996



Relatório 1996

ANEXO 2: CONCESSÕES NO PERÍODO 1986 -1996

Número Anual de Auxílios e de Bolsas no País e no Exterior, Solicitados a partir de 1986

Auxílios	SOLICITADOS										
	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Mod.											
PUBL.	170	232	285	236	121	243	121	125	139	181	252
APQ.	730	855	1348	1021	1493	1397	1259	1583	2397	1725	1838
VI BR	22	19	24	16	17	31	30	43	34	56	48
VI EX	196	199	241	230	251	236	329	315	272	411	447
RE BR	318	366	240	279	307	319	255	404	304	358	427
RE EX	453	471	561	548	839	753	1002	1057	1024	997	1403
ORG	164	190	207	214	221	235	232	317	310	326	395
S. TOTAL	2053	2332	2906	2544	3249	3214	3228	3844	4480	4054	4810
Bolsas no País											
	SOLICITADAS										
Mod.	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
IC	753	865	1065	986	932	1140	1071	963	1204	1745	2027
AP	165	115	185	133	143	147	120	96	142	176	205
MS-I MS-	1203	1026	893	905	867	1044	1036	815	897	1101	1774
DR-I DR-	396	360	250	213	271	397	427	385	461	638	1181
PDBR	60	44	141	68	58	57	75	58	119	185	348
S. TOTAL	2577	2410	2534	2305	2271	2745	2729	2317	2823	3845	5535
Bolsas no Exterior											
	SOLICITADAS										
Mod.	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
PG	188	190	215	202	280	481	390	144	94	81	63
PQ	317	266	296	351	408	202	280	383	387	382	462
S. TOTAL	505	456	511	553	688	683	670	527	481	463	525
TOTAL	5135	5198	5951	5402	6208	6642	6627	6688	7784	8362	10870

ANEXO 2: CONCESSÕES NO PERÍODO 1986 -1996 Relatório 1996

Número Anual de Auxílios e de Bolsas no País e no Exterior, Aprovados a partir de 1986
Auxílios
APROVADOS

Mod.	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
PUBL.	135	221	266	64	89	194	88	111	96	140	191
APQ.	369	670	731	874	852	960	837	999	1046	1298	1487
VI BR	13	18	13	11	13	13	18	28	31	34	37
VI EX	124	145	182	177	188	185	241	201	220	313	391
RE BR	229	266	162	123	129	144	111	150	180	230	299
RE EX	239	223	289	216	299	272	354	409	565	661	904
ORG	128	161	176	186	178	180	187	226	256	275	337
S. TOTAL	1237	1704	1819	1651	1748	1948	1836	2124	2394	2951	3646

Bolsas no País
APROVADAS

Mod.	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
IC	455	557	697	685	620	755	746	773	829	1182	1527
AP	28	32	36	23	23	33	13	27	36	26	48
MS-I MS-	823	794	638	550	543	675	620	635	579	830	1368
DR-I DR-	296	307	236	180	187	317	317	351	364	489	895
PDBR	56	66	118	103	116	37	41	51	81	119	192
S. TOTAL	1658	1756	1725	1541	1489	1817	1737	1837	1889	2646	4030

Bolsas no Exterior
APROVADAS

Mod.	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
PG	73	78	63	72	70	69	45	29	27	9	11
PQ	181	174	195	218	239	277	272	313	277	308	374
S. TOTAL	254	252	258	290	309	346	317	342	304	317	385
TOTAL	3149	3712	3802	3482	3546	4111	3890	4303	4587	5914	8061

Relatório 1996

ANEXO 2: CONCESSÕES NO PERÍODO 1986 -1996**INVESTIMENTOS EM BOLSAS E AUXÍLIOS, POR SETOR, CONCEDIDOS EM 1996 (Valores em reais)**

SETOR	AUXÍLIOS		BOLSAS		PGEIX		PDEX		TOTAL	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Agronomia e Veterinária	4.417.429	6,97	3.622.032	9,28	62.226	34,79	602.747	8,01	8.704.433	7,90
Arquitetura e Urbanismo	274.020	0,43	848.420	2,17	1.036	0,58	9.207	0,12	1.132.682	1,03
Astronomia e C. Espaciais	394.732	0,62	596.060	1,53	0	0,00	178.424	2,37	1.169.216	1,06
Biologia	6.476.914	10,21	4.532.721	11,61	0	0,00	843.210	11,21	11.852.844	10,76
C. Humanas e Sociais	3.341.896	5,27	6.256.505	16,03	11.416	6,38	883.520	11,74	10.493.336	9,53
Economia	234.011	0,37	225.438	0,58	8.722	4,88	75.550	1,00	543.721	0,49
Engenharia	5.700.896	8,99	6.452.451	16,53	62.525	34,96	1.047.806	13,93	13.263.677	12,04
Física	4.099.223	6,46	4.026.339	10,31	0	0,00	763.510	10,15	8.889.072	8,07
Geociências	2.079.276	3,28	1.101.345	2,82	3.691	2,06	123.157	1,64	3.307.468	3,00
Interdisciplinar	4.501.425	7,10	0	0,00	0	0,00	0	0,00	4.501.425	4,09
Matemática	1.127.918	1,78	1.383.239	3,54	1.651	0,92	616.807	8,20	3.129.614	2,84
Química	3.388.264	5,34	3.295.310	8,44	0	0,00	461.636	6,14	7.145.209	6,49
Saúde	8.959.049	14,13	6.695.166	17,15	27.575	15,42	1.917.100	25,48	17.598.889	15,98
Temático	178.416.307	29,04	0	0,00	0	0,00	0	0,00	18.416.307	16,72
Sub-Total	63.411.359	100,00	39.035.022	100,00	178.839	100,00	7.522.670	100,00	110.147.889	100,00

PROGRAMAS ESPECIAIS

Programa ANSP	4.113.692	4.113.692	...
Programa Capacitação	311.079	311.079	...
Programa Ensino Público	1.695.027	...	765.000	2.460.027	...
Programa Importação	1.097.089	1.097.089	...
Programa Infra-estrutura	100.068.700	100.068.700	...
Programa Jovem Pesq.	8.340.469	...	1.266.258	9.606.727	...
Projetos Especiais	793.421	793.421	...
Reserva Técnica	1.948.824	119.755	2.068.579	...
Sub-Total	117.901.519	...	2.342.337	...	119.755	120.519.314	...
Total	181.468.581	...	41.377.359	...	298.594	230.667.203	...

ANEXO 2: CONCESSÕES NO PERÍODO 1986 -1996 Relatório 1996

INVESTIMENTOS EM AUXÍLIOS, POR SETOR, CONCEDIDOS EM 1996 (Valores em reais)

SETOR	Publ	APQ	VI-BR	VI-EX	RE-BR	RE-EX	OS	TOTAL
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Agronomia e Veterinária	39.824	3.909.002	0	69.294	99.082	133.063	167.161	4.417.426
Arquitetura e Urbanismo	41.200	169.901	2.000	8.758	913	34.246	17.000	274.019
Astronomia e C. Espaciais	17.515	177.051	169	105.230	0	39.145	55.619	394.731
Biologia	104.325	5.619.720	0	160.126	7.876	222.551	362.312	6.476.913
C. Humanas e Sociais	286.740	1.496.285	212.802	424.770	10.635	334.239	576.420	3.341.896
Economia	25.800	82.377	26.810	16.328	2.141	20.821	59.732	234.011
Engenharia	62.630	4.094.489	3.468	411.381	71.439	619.032	438.453	5.700.896
Física	27.065	2.699.346	143.563	592.978	3.372	206.816	426.079	4.099.222
Geociências	19.900	1.798.509	192	33.520	28.811	95.444	102.898	2.079.275
Interdisciplinar	0	4.501.425	0	0	0	0	0	4.501.425
Matemática	7.700	305.579	50.404	413.244	8.773	111.346	230.870	1.127.916
Química	44.529	2.808.206	3.560	161.066	11.232	157.131	202.536	3.388.263
Saúde	135.345	7.668.708	9.000	161.634	22.265	516.787	445.307	8.959.048
Ternátrico	0	18.416.306	0	0	0	0	0	18.416.306
Sub-Total	812.577	53.746.912	451.970	2.558.336	266.545	2.490.628	3.084.391	63.411.359
Programas Especiais								
Programa ANSP	--	4.113.692	--	--	--	--	--	--
Programa Capacitação	--	0	--	--	--	--	--	--
Programa Ensino Público	--	1.695.027	--	--	--	--	--	--
Programa Importação	--	1.097.089	--	--	--	--	--	--
Programa Infra-estrutura	--	100.068.700	--	--	--	--	--	--
Programa Jovem Pesq.	--	8.340.469	--	--	--	--	--	--
Projetos Especiais	--	793.421	--	--	--	--	--	--
Reserva Técnica	--	1.793.121	--	--	--	155.703	--	--
Sub-Total	...	117.901.519	155.703	...	118.057.222
Total	812.577	171.648.431	451.970	2.558.336	266.545	2.646.331	3.084.391	181.468.581

Relatório 1996

ANEXO 2: CONCESSÕES NO PERÍODO 1986 - 1996**INVESTIMENTOS EM BOLSAS, POR SETOR, CONCEDIDOS EM 1996 (Valores em reais)**

SETOR	IC	AP	MS-I	MS-II	DR-I	DR-II	PD-BR	TOTAL
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Agronomia e Veterinária	564.840	80.340	1.149.595	425.217	801.310	540.010	60.720	3.622.032
Arquitetura e Urbanismo	176.400	0	241.510	284.035	73.486	42.147	30.840	848.419
Astronomia e C. Espaciais	9.270	0	21.960	11.970	158.965	128.495	265.400	596.060
Biologia	389.387	47.700	955.302	546.194	1.090.698	761.750	741.689	4.532.721
C. Humanas e Sociais	1.071.869	3.960	1.537.571	1.161.814	1.324.795	815.265	341.230	6.256.505
Economia	84.918	0	97.790	20.590	900	21.240	0	225.438
Engenharia	850.929	3450	1.615.226	613.655	1.823.099	815.050	731.040	6.452.450
Física	148.231	0	448.200	195.085	827.149	865.795	1.541.877	4.026.339
Geociências	150.130	0	260.665	29.850	355.600	183.020	122.080	1.101.345
Matemática	210.194	0	679.808	129.430	136.520	121.265	106.020	1.383.238
Química	299.764	0	657.290	204.380	790.825	731.420	611.630	3.295.309
Saúde	1.087.119	104.970	1.562.819	1.110.993	1.284.660	975.594	569.010	6.695.166
Total	5.043.053	240.420	9.227.738	4.733.214	8.668.009	6.001.051	5.121.537	39.035.022

INVESTIMENTOS EM BOLSAS E AUXÍLIOS, POR INSTITUIÇÃO, CONCEDIDOS EM 1996 (Valores em reais)

INSTITUIÇÃO	AUXÍLIOS		BOLSAS		PGEIX PDEX		TOTAL	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Univ. de São Paulo	28.577.045	53,38	19.825.391	50,80	2.244.813	29,15	53.747.250	50,66
Univ. Est. de Campinas	9.790.023	16,50	8.361.857	21,42	1.465.669	19,03	19.617.550	18,49
Univ. Est. Júlio de Mesq. F²	4.820.740	8,12	5.576.552	14,29	1.432.014	18,59	11.823.307	11,15
Governo do Estado de SP	3.937.079	6,63	969.189	2,48	601.486	7,81	5.507.754	5,19
Governo Federal	7.171.505	12,08	3.390.049	8,68	486.751	6,32	11.048.306	10,41
Ert. Part. de Ensino e Pesq.	1.602.868	2,70	842.665	2,16	220.740	2,87	2.666.273	2,52
Entidades Municipais	18.062	0,03	23.880	0,06	86.045	1,12	127.987	0,12
Pessoas Físicas	334.164	0,56	45.440	0,11	1.163.986	15,11	1.543.592	1,46
Total por Instituição	63.411.359	100,00	39.035.022	100,00	7.701.508	100,00	110.147.894	100,00

PROGRAMAS ESPECIAIS

Programa ANSP	4.113.692	—	—	—	—	—	4.113.692	—
Programa Capacitação	0	—	311.079	—	—	—	311.079	—
Programa Ensino Público	1.695.027	—	765.000	—	—	—	2.460.027	—
Programa Importação	1.097.089	—	—	—	—	—	1.097.089	—
Programa Infra-estrutura	100.068.700	—	—	—	—	—	100.068.700	—
Programa Jovem Pesq.	8.340.469	—	1.266.258	—	—	—	9.606.727	—
Projetos Especiais	793.421	—	—	—	—	—	793.421	—
Reserva Técnica	1.948.824	—	—	—	119.755	—	2.068.579	—
Sub-Total	118.057.222	...	2.342.337	...	119.755	...	120.519.314	...
Total	181.468.581	...	41.377.359	...	7.821.263	...	230.667.203	...

ANEXO 3: BALANÇO PATRIMONIAL

Relatório 1996

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Títulos	Previsão R\$	RECEITAS	
		Execução R\$	Diferença R\$
Receitas Correntes			
Receita Patrimonial	159.989.000	154.508.015,91	2.480.984,09
Transferências Correntes	181.573.397,60	178.650.600,15	2.922.797,45
Receitas diversas	4.685.972,00	4.185.255,04	500.716,96
Receitas de Capital	429.434.000,00	429.433.096,59	903,41
Soma	772.682.396,60	766.776.967,69	5.905.401,91
Total	772.682.396,60	768.343.512,11	4.338.857,49
DESPESAS			
Títulos	Fixação R\$	Execução R\$	Diferença R\$
Créditos Orçamentários			
	772.682.369,60	768.343.512,11	4.338.857,49
Total	772.682.369,60	768.343.512,11	4.338.857,49

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO BALANÇO FINANCEIRO

RECEITAS			
Orçamentária			
RECEITAS CORRENTES			
Receita Patrimonial	154.508.015,91		
Transferências Correntes	178.650.600,15		
Receitas diversas	4.185.255,04	337.343.871,10	
Receitas de Capital		429.433.096,59	766.776.967,69
Extra Orçamentária			
Credores por Auxílio	216.289.180,64		
Credores por Bolsas	26.606.198,86		
Compromissos a Recolher	3.452.647,71		
Fornecedores	26.450,65		
Convênio Capes	3.609.417,33		
Cauções	5.760,00	249.989.655,19	
Recebimentos Relativos a Exercícios Anteriores			
Almoxarifado		72.930,11	
Titulos	133.597.880,89		
Devedores Diversos	20.099,21		
Depósitos Restituíveis	7,19	133.690.917,40	383.680.572,59
Saldo do Exercício Anterior			
Disponível			
Caixa		132.43	
Bancos		23.304,85	23.437,28
Total		1.150.480.977,56	

Relatório 1996

ANEXO 3: BALANÇO PATRIMONIAL

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

Títulos	Previsão R\$	RECEITAS	
		Execução R\$	Diferença R\$
CRÉDITOS orçamentários	772.682.396,60	768.343.512,11	4.338.857,49
Total	772.682.396,60	768.343.512,11	4.338.857,49

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO**BALANÇO FINANCEIRO****DESPESAS****Orçamentária****DESPESAS CORRENTES**

Despesas de Custo	8.281.330,11
Transferências Correntes	230.667.214,44
Despesas de Capital	529.394.967,56
	768.343.512,11

Extra Orçamentária

Depósitos Restituíveis	7,19
Almoxarifado	172.209,02
	161.205.041,20

Pagamentos Relativos a Exercícios Anteriores

220.891.779,07 382.096.820,27

Saldos Para o Exercício Seguinte

Disponível	97,64
Caixa	40.547,54
Bancos	40.645,18
Total	1.150.480.977,56

ANEXO 3: BALANÇO PATRIMONIAL
Relatório 1996
BALANÇO PATRIMONIAL
ATIVO
Ativo Financeiro
DISPONÍVEL

Caixa	97,64	
Bancos	40.547,54	40.645,18

REALIZÁVEL

Titulos	669.195.276,28	
Devedores Diversos	58.182,51	
Depósitos Restituíveis	7,19	
Alimoxanifado	172.209,02	669.425.675,00

Ativo Permanente

Bens Móveis	1.666.319,48	
Bens Imóveis	9.828.318,50	
Créditos	2.922.797,45	
Outras Imobilizações	11.796.691,50	26.214.126,93
Soma do Ativo Real		695.680.447,11

Ativo Compensado

Responsáveis por Auxílios	462.340.938,88	
Responsáveis por Bens	15.425.383,87	477.766.322,75
Total		1.173.446.769,86

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
VARIAÇÕES ATIVAS
Resultantes da Execução
Orçamentária

Receita Orçamentária		
Receitas Correntes		
Receita Patrimonial	154.508.015,91	
Transferências Correntes	178.650.600,15	
Receitas Diversas	4.185.255,04	337.343.871,10
Receitas de Capital		

	429.433.096,59	766.776.967,69
--	----------------	----------------

Mutações Patrimoniais

Aquisição de Títulos	680.991.967,78	
Aquisição de Bens Móveis	584.106,43	
Aquisição de Bens Imóveis	8.793.535,83	690.369.610,04

Independente da Execução Orçamentária

Inscrição da Dívida Ativa	2.922.797,45	
---------------------------	--------------	--

Total		1.460.069.375,18
--------------	--	-------------------------

BALANÇO PATRIMONIAL**PASSIVO****Passivo Financeiro**

Credores por Auxílio	216.289.180,64
Credores por Bolsa	26.606.198,86
Compromissos a Recolher	3.452.647,71
Fornecedores	26.450,65
Convênio Capes	3.609.417,33
Cauções	5.760,00
Soma Passivo Real	249.989.655,15

SALDO PATRIMONIAL

Ativo Real Líquido	
Patrimônio Líquido em 31/12/95	346.209.689,52
Resultado Patrimonial do Exercício	99.481.102,40

Auxílios Concedidos	462.340.938,88
Conta Partida de	
Responsabilidades Diversas	15.425.383,87
Total	1.173.446.769,86

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**VARIACOES PASSIVAS****Resultantes da Execução****Orçamentária**

Despesa Orçamentária	
Despesas Correntes	
Despesas de Custeio	8.281.330,11
Transferências Correntes	230.667.214,44
Despesas de Capital	529.394.967,56

Extra Orçamentário

Inversões Financeiras	160.974.642,48
-----------------------	----------------

Mutações Patrimoniais

Alienação de Títulos	429.433.096,59
Cobrança da Dívida Pública	1.837.021,60

Resultado Patrimonial

*Superávit Verificado	99.481.102,40
-----------------------	---------------

Total	1.460.069.375,18
--------------	-------------------------

São Paulo, 31 de Dezembro de 1996

CONFARFESP 19

Tombo N°: 19

Data: 25/09/03

Proveniente: Dados

Pregó:

Proc. N°: Shas

Rubrica:



Relatório 1996

SIGLAS

PROGRAMAS REGULARES DA FAPESP BOLSAS E AUXÍLIOS

Siglas Utilizadas nas Figuras 17 e 18, à pág. 51,
e nas Tabelas das págs. 59, 60, 62 e 63

Bolsas - Modalidades:

IC - Iniciação Científica

AP - Aperfeiçoamento

MS - Mestrado

DR - Doutoramento

PDBR - Pós-Doutoramento

PG - Pós-Graduação no Exterior

PQ - Bolsa de Pesquisa (antiga bolsa de Pós-Doutoramento no Exterior)

Auxílios - Modalidades:

APQ - Auxílio Pesquisa

REEX - Participação em Reunião Científica ou Tecnológica no Exterior

REBR - Participação em Reunião Científica ou Tecnológica no Brasil

VI-EX - Vinda de Professor Visitante do Exterior

PUBL - Auxílio à Publicação

ORG - Organização de Reunião Científica ou Tecnológica

VI-BR - Vinda de Professor Visitante do Brasil



R. Pio XI, 1500
CEP 06458-901 - Alto da Lapa
São Paulo - SP
Tel: (011) 838-4000
Fax: (011) 261-4167
Site: <http://www.fapesp.br>

SECRETARIA DA
CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO

